

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ..1

Demonstrações financeiras auditadas

| | |
|---|----|
| Balanços patrimoniais | 9 |
| Demonstrações dos resultados..... | 11 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 12 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... | 13 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto..... | 14 |
| Demonstrações do valor adicionado..... | 16 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas..... | 17 |



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores
Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Notre Dame Intermédica Participações S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Notre Dame Intermédica Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Combinações de negócios

Durante o exercício de 2018, a Companhia adquiriu as empresas do Grupo Cruzeiro do Sul e do Grupo SAMED. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos relacionados às combinações de negócio incluíram, entre outros, a leitura dos documentos relacionados à transação, tais como contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida. Com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, bem como a avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo. Com base nas informações analisadas, efetuamos ainda o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado na operação e identificamos um ajuste de auditoria indicando a necessidade de realocação de valores entre o ativo intangível identificado como carteira de clientes e o valor alocado como ágio por rentabilidade futura, o qual foi ajustado pela Companhia. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança em nossa estratégia de auditoria. Também avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia.



Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para eventos ocorridos e não avisados - Peona

A controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado na nota explicativa 21, requerem a constituição de uma provisão baseada em nota técnica atuarial através da estimativa de eventos/sinistros que já tenham ocorridos e que não tenha sido registrado contabilmente por essa controlada. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço regulamentada pela Agência Nacional de Saúde ("ANS") conforme Resolução Normativa 393/2015.

Consideramos este um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuarias decorrentes da Peona, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Como resultado desse procedimento, identificamos um ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento nos saldos da Peona, o qual foi registrado pela Companhia. Dada a imaterialidade dos montantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referido ajuste de auditoria não resultou em mudança em nossa estratégia de auditoria. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a Peona, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Avaliação de redução ao valor recuperável (“impairment”) do ágio (“goodwill”) registrado

Conforme descrito na nota explicativa 17, em 31 de dezembro de 2018 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 1.276.994 mil, sendo formado por ágios apurados na aquisição de diversas empresas e do controle do Grupo Notre Dame Intermédica em 21 de maio de 2014. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado. Também, efetuamos testes sobre essas projeções, que incluíam, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas.

Adicionalmente, avaliamos as divulgações nas demonstrações financeiras com relação à avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e para a continuidade de seus processos de negócios.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras e, por esse motivo, consideramos essa área significativa para nossa auditoria.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas, aplicamos procedimentos de avaliação do ambiente de tecnologia da informação da Companhia, incluindo a avaliação da implementação e eficácia operacional dos controles automatizados dos sistemas aplicativos, tendo sido identificadas deficiências relacionadas ao processo de gestão de acessos e mudanças das aplicações de TI relacionadas.

As deficiências no desenho e na operação dos controles internos relativos aos controles gerais de tecnologia alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria. Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a administração e o Comitê de Auditoria da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.




Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Balances patrimoniais

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | | 31 de dezembro de | | 31 de dezembro de | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | 379.921 | 43.385 | 2.296.243 | 1.873.761 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 37 | 25 | 136.834 | 27.822 |
| Aplicações financeiras | 8 | 303.485 | 43.310 | 1.234.064 | 1.230.233 |
| Contas a receber de clientes | 9 | - | - | 332.322 | 266.411 |
| Estoques | | - | - | 37.696 | 28.762 |
| Despesas de comercialização diferidas | 10 | - | - | 143.583 | 105.960 |
| Créditos tributários e previdenciários | 11 | 155 | - | 61.841 | 39.306 |
| Outros ativos | 12 | 76.244 | 50 | 349.903 | 175.267 |
| Não circulante | | 2.435.455 | 1.674.881 | 3.459.623 | 2.948.031 |
| Aplicações financeiras | 8 | - | - | 28.478 | 49.271 |
| Impostos diferidos ativo | 13 | - | - | 215.358 | 274.865 |
| Despesas de comercialização diferidas | 10 | - | - | 112.727 | 116.885 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 14 | - | - | 265.443 | 227.617 |
| Outros ativos | 12 | - | - | 164.612 | 74.424 |
| Investimentos | 15 | 2.435.455 | 1.674.881 | 412 | - |
| Imobilizado | 16 | - | - | 930.966 | 671.568 |
| Intangível | 17 | - | - | 1.741.627 | 1.533.401 |
| Total do ativo | | 2.815.376 | 1.718.266 | 5.755.866 | 4.821.792 |

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|
| | | 31 de dezembro de | | 31 de dezembro de | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Circulante | | 80.762 | 11.987 | 1.898.657 | 1.556.215 |
| Fornecedores | | 825 | - | 87.701 | 64.517 |
| Salários a pagar | | 50 | 29 | 116.459 | 112.822 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 18 | 545 | 11.958 | 248.351 | 186.740 |
| Dividendos a pagar | 25.d | 79.342 | - | 79.342 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | - | - | 138.531 | 307.844 |
| Debêntures | 20 | - | - | 478.645 | 119.564 |
| Provisões de imposto de renda e contribuição social | | - | - | 6.893 | 19.463 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 21 | - | - | 692.571 | 684.850 |
| Outros passivos | 22 | - | - | 50.164 | 60.415 |
| Não circulante | | 394.549 | 355.122 | 1.517.144 | 1.914.420 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 18 | - | - | 26.377 | 2.175 |
| Empréstimos e financiamentos | 19 | - | - | 140.714 | 333.751 |
| Debêntures | 20 | - | - | 179.423 | 726.042 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 21 | - | - | 106.937 | 9.979 |
| Parcela diferida do preço de aquisição | 24 | 222.773 | 235.577 | 222.773 | 235.577 |
| Impostos diferidos passivos | 13 | - | - | 206.742 | 199.611 |
| Provisões para ações judiciais | 23 | - | - | 424.191 | 291.371 |
| Outros passivos | 22 | 171.776 | 119.545 | 209.987 | 115.914 |
| Patrimônio líquido | | 2.340.065 | 1.351.157 | 2.340.065 | 1.351.157 |
| Capital social | 25 | 1.765.924 | 1.036.735 | 1.765.924 | 1.036.735 |
| (-) Ações em tesouraria | 25 | (2.857) | (2.857) | (2.857) | (2.857) |
| (-) Gastos com oferta pública de ações | 25 | (16.912) | - | (16.912) | - |
| Reservas: | | 593.910 | 317.279 | 593.910 | 317.279 |
| Reserva de capital e opções outorgadas | 25 | 56.296 | 28.671 | 56.296 | 28.671 |
| Reservas de lucros | 25 | 537.614 | 288.608 | 537.614 | 288.608 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 2.815.376 | 1.718.266 | 5.755.866 | 4.821.792 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|-------------------|----------------|-------------------|------------------|
| | | 31 de Dezembro de | | 31 de Dezembro de | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita operacional líquida | 26 | - | - | 6.135.217 | 5.304.923 |
| Custos dos serviços prestados | 27 | - | - | (4.471.980) | (3.908.979) |
| Resultado Bruto | | - | - | 1.663.237 | 1.395.944 |
| Despesas administrativas | 28.a | (41.209) | (18.941) | (750.201) | (667.969) |
| Despesas comerciais | 28.b | - | - | (298.971) | (204.213) |
| Perdas de recuperabilidade sobre créditos | 28.c | - | - | (41.724) | (56.362) |
| Equivalência patrimonial | 15 | 418.849 | 315.935 | - | - |
| Outras receitas, líquidas | 28.d | - | - | 45.118 | 34.522 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | | 377.640 | 296.994 | 617.459 | 501.922 |
| Receitas financeiras | 29 | 1.593 | 18 | 111.135 | 102.214 |
| Despesas financeiras | 29 | (45.160) | (58.847) | (190.119) | (202.829) |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | | 334.073 | 238.165 | 538.475 | 401.307 |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | 13 | - | - | (131.320) | (111.890) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 13 | - | - | (73.082) | (51.252) |
| Lucro líquido do exercício | | 334.073 | 238.165 | 334.073 | 238.165 |
| Lucro por ação: | | | | | |
| Básico | 31 | 0,6915 | 0,5145 | 0,6915 | 0,5145 |
| Diluído | 31 | 0,6357 | 0,4718 | 0,6357 | 0,4718 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | 31 de Dezembro de | | 31 de Dezembro de | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro líquido do exercício | 334.073 | 238.165 | 334.073 | 238.165 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | 334.073 | 238.165 | 334.073 | 238.165 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | Notas | Capital social | (-) Gastos com oferta pública de ações | (-) Ações em tesouraria | Reserva de capital | | Reservas de lucros | | Resultado acumulado | Total |
|--|-------|------------------|--|-------------------------|----------------------------|-----------------|--------------------|----------------|---------------------|------------------|
| | | | | | Outorga de opções de ações | Outras reservas | Legal | Estatutária | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | 992.983 | - | - | 32.954 | 25.455 | 2.522 | 47.921 | - | 1.101.835 |
| Aumento de capital | 25.a | 43.752 | - | - | (17.745) | (25.455) | - | - | - | 552 |
| Reconhecimento de opções outorgadas | | - | - | - | 13.462 | - | - | - | - | 13.462 |
| Outras Reservas | | - | - | - | - | - | 11.908 | 226.257 | (238.165) | - |
| Lucro do período | 25.c | - | - | - | - | - | - | - | 238.165 | 238.165 |
| (-) Ações em tesouraria | | - | - | (2.857) | - | - | - | - | - | (2.857) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | 1.036.735 | - | (2.857) | 28.671 | - | 14.430 | 274.178 | - | 1.351.157 |
| Adoção do IFRS15 em 1 de Janeiro de 2018 | 3.u | - | - | - | - | - | - | (5.725) | - | (5.725) |
| Aumento de capital | 25.a | 729.189 | - | - | - | - | - | - | - | 729.189 |
| Gastos com oferta pública de ações | 25.b | - | (16.912) | - | - | - | - | - | - | (16.912) |
| Reconhecimento de opções outorgadas | 33 | - | - | - | 27.625 | - | - | - | - | 27.625 |
| Lucro líquido do período: | | - | - | - | - | - | - | - | 334.073 | 334.073 |
| (-) Reserva legal | 25.d | - | - | - | - | - | 16.704 | - | (16.704) | - |
| (-) Reserva estatutária | 25.d | - | - | - | - | - | - | 238.027 | (238.027) | - |
| (-) Dividendos obrigatórios | 25.d | - | - | - | - | - | - | - | (79.342) | (79.342) |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2018 | | 1.765.924 | (16.912) | (2.857) | 56.296 | - | 31.134 | 506.480 | - | 2.340.065 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - (método indireto)
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------|-----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31 de Dezembro | | 31 de Dezembro | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | | | |
| Lucro líquido do período | | 334.073 | 238.165 | 334.073 | 238.165 |
| Depreciações e amortizações | 27 e 28.a | - | - | 127.337 | 114.159 |
| Equivalência patrimonial | 15.a | (418.849) | (315.935) | - | - |
| Atualização monetária contingência e depósitos judiciais | 14 e 23 | - | - | 14.089 | (1.209) |
| Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras | 8.a | - | - | 20 | 653 |
| Receitas com aplicações financeiras | 8.a | (1.593) | (10) | (73.626) | (49.012) |
| (Receita) / Despesas com variação cambial | 8.a | - | - | (226) | (4.298) |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido | 13 | - | - | 204.402 | 163.142 |
| Variação provisões técnicas | 21.c | - | - | 28.981 | 33.245 |
| Provisões para ações judiciais | 23 | - | - | 73.904 | 8.716 |
| Reversão com perda de recuperabilidade sobre créditos | 9 | - | - | (1.195) | 3.932 |
| Perda efetiva de recuperabilidade sobre créditos | 9 | - | - | 47.611 | 46.815 |
| Efeito CPC 47 / IFRS 15 | 9 | - | - | 11.216 | - |
| Amortização despesas de comercialização diferidas | 10 | - | - | 145.717 | 78.125 |
| Ajuste a valor presente - parcela diferida | 24 | 39.429 | 58.842 | 39.429 | 58.842 |
| Juros sobre debêntures e custo de captação | 20 | - | - | 65.271 | 79.763 |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | 19 | - | - | 34.502 | 13.318 |
| Apropriação programa <i>stock options</i> | 30 | 27.625 | 13.462 | 27.625 | 13.462 |
| Baixa imobilizado / intangível | 16 e 17 | - | - | 14.025 | 2.672 |
| Outros | 25 | - | - | 65.571 | (3.716) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | | - | - | (119.827) | (98.409) |
| (Aumento) reduções dos ativos operacionais | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 9 | - | - | (100.218) | (117.448) |
| Estoques | | - | - | (6.297) | 706 |
| Créditos tributários e previdenciários | 11 | (155) | - | (45.812) | (4.172) |
| Despesas de comercialização diferidas | 10 | - | - | (179.182) | (203.316) |
| Impostos diferidos ativos | 13 | - | - | 42.390 | 24.443 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 14 | - | - | (14.418) | (2.978) |
| Outros ativos | 12 | 2.166 | 7 | (169.357) | (77.360) |
| Aumento (reduções) dos passivos operacionais | | | | | |
| Fornecedores | | 825 | - | (59.529) | 3.210 |
| Salários a pagar | | 21 | 29 | (10.193) | 3.878 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 18 | (11.413) | 11.958 | 32.071 | 62.886 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 21.b e c | - | - | 29.662 | 30.029 |
| Impostos diferidos passivos | 13 | - | - | 1.715 | (16.527) |
| Provisões para ações judiciais | 23 | - | - | (62.703) | (28.394) |
| Outros passivos | | 52.231 | 29.807 | (65.860) | (19.086) |
| Parcela diferida do preço de aquisição | 24 | (52.233) | (44.001) | (52.233) | (44.001) |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais | | (27.873) | (7.676) | 378.935 | 310.235 |

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------|------------------|----------------|------------------|--------------------|
| | | 31 de Dezembro | | 31 de Dezembro | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Aplicações financeiras | 8.a | (303.742) | (43.300) | (7.076.283) | (2.833.690) |
| Resgates aplicações financeiras | 8.a | 45.160 | - | 7.210.980 | 2.284.925 |
| Combinação de negócios | | - | - | (189.308) | (344.750) |
| Aquisição de imobilizado | | - | - | (152.635) | (130.206) |
| Aquisição de intangível | 17 | - | - | (1.264) | (23.033) |
| Recebimento de dividendos | | - | 53.193 | - | - |
| Aumento de capital - Controlada | 15 | (350.000) | - | - | - |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | | (608.582) | 9.893 | (208.510) | (1.046.754) |
| Pagamento de juros sobre debêntures | 20.b | - | - | (55.274) | (84.846) |
| Amortização debêntures valor principal | 20.b | - | - | (546.191) | (98.541) |
| Integralização de capital | 25.a | 653.379 | 552 | 653.379 | 552 |
| Gastos com oferta pública de ações | 25.b | (16.912) | - | (16.912) | - |
| Recompra de ações - programa de compra de ações | | - | (2.857) | - | (2.857) |
| Captação de debêntures | 20.b | - | - | 348.656 | 631.838 |
| Empréstimos e financiamentos pagos - principal | 19 | - | - | (406.606) | 299.004 |
| Empréstimos e financiamentos pagos - juros | 19 | - | - | (38.465) | (11.460) |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento | | 636.467 | (2.305) | (61.413) | 733.690 |
| Aumento (diminuição) no saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício | | 12 | (88) | 109.012 | (2.829) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | | 25 | 113 | 27.822 | 30.651 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | | 37 | 25 | 136.834 | 27.822 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | 31 de Dezembro de | | 31 de Dezembro de | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas | - | - | 6.318.105 | 5.436.499 |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | - | - | 6.295.168 | 5.450.016 |
| Outras receitas | - | - | 64.641 | 37.746 |
| Perda de recuperabilidade sobre créditos - reversão / (constituição) | - | - | (41.704) | (51.263) |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | (3.190) | (5.293) | (5.075.977) | (4.290.608) |
| Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos | - | - | (4.837.693) | (4.086.946) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (3.190) | (5.293) | (234.271) | (203.488) |
| Outras | - | - | (4.013) | (174) |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | (3.190) | (5.293) | 1.242.128 | 1.145.891 |
| DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO | - | - | (127.337) | (114.159) |
| VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE | (3.190) | (5.293) | 1.114.791 | 1.031.732 |
| VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA | 420.441 | 315.953 | 100.692 | 102.214 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 418.848 | 315.935 | - | - |
| Receitas financeiras | 1.593 | 18 | 100.692 | 102.214 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 417.251 | 310.660 | 1.215.483 | 1.133.946 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | (417.251) | (310.660) | (1.215.483) | (1.133.946) |
| Pessoal | (28.575) | (13.542) | (270.532) | (280.578) |
| Remuneração direta | (28.575) | (13.542) | (235.829) | (241.534) |
| Benefícios | - | - | (21.182) | (21.272) |
| F.G.T.S | - | - | (13.521) | (17.772) |
| Impostos, taxas e contribuições | (9.443) | (102) | (372.780) | (389.666) |
| Federais | (9.339) | (96) | (288.910) | (324.530) |
| Municipais | (104) | (6) | (83.870) | (65.136) |
| Remuneração de capitais de terceiros | (45.160) | (58.851) | (238.098) | (225.537) |
| Juros | (45.160) | (58.847) | (214.054) | (202.784) |
| Aluguéis | - | - | (23.815) | (22.636) |
| Outras | - | (4) | (229) | (117) |
| Remuneração de capitais próprios | (334.073) | (238.165) | (334.073) | (238.165) |
| Dividendos | (79.342) | - | (79.342) | - |
| Lucros retidos do período | (254.731) | (238.165) | (254.731) | (238.165) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Notre Dame Intermédica Participações S.A.** (doravante denominada por “Companhia”) é uma “*holding*” de capital aberto, constituída na forma de sociedade por ações domiciliada no Brasil com sede em São Paulo na Avenida Paulista nº 867, Bairro Bela Vista e foi constituída em 18 de fevereiro de 2014. A Companhia tem como objetivo social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista.

A Companhia é Controladora Direta da BCBF Participações S.A. (“BCBF”) uma “*holding*” de capital fechado das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica, composta pelas empresas Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (“Intermédica”), Hospital São Bernardo, Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda., Hospital Maternidade Nova Vida Ltda. e Grupo SAMED, composta pelas empresas Samed - Serviços de Assistência Médica, Odontológica S.A., Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli S.A., Casa de Saúde Maternidade Santana S.A., Largent Participações Ltda e Demás Participações S.A.. As Controladas Diretas e Indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia, hospitalar e de medicina ocupacional, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações.

Em 21 de fevereiro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração decidiu pela abertura de capital da Companhia e a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria “A”, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. A Companhia obteve o registro de empresa de capital aberto em 19 de abril de 2018. Iniciou as negociações de suas ações no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no dia 23 de abril de 2018, sob o código de negociação GNDI3.

Em 25 de novembro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração decidiu pela realização de nova oferta pública de ações, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de novembro de 2009. Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia concluiu o processo de negociação das novas ações disponibilizadas no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

2. Aquisições e reestruturações societárias

O Grupo Notre Dame Intermédica por meio do seu plano estratégico de contínuo crescimento e expansão por via de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos no período findo em 31 de dezembro de 2018:

a) Venda RH Vida Saúde Ocupacional Ltda.

Em 1 de novembro de 2018 a controlada direta da BCBF Participações S.A. vendeu sua participação na controlada indireta RH Vida Saúde Ocupacional Ltda. para RHMED Consultores Associados S.A. a transferência de controle acionários ocorreu em 31 de outubro de 2018 para a RHMED Consultores Associados S.A..

Em 28 de maio de 2018 a Notre Dame Participações S.A. aprovou a cessão de todos os contratos relativos a prestação de serviços de saúde ocupacional da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. para a RH Vida Saúde Ocupacional Ltda., subsidiária integral da BCBF Participações S.A., nos termos e condições do acordo celebrados entre as partes.

A venda da RH Vida Ocupacional foi aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de junho de 2018 e ocorreu após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE por meio do ato de concentração nº 08700.0003775/2018-99.

b) Aquisição – Grupo SAMED

Em 23 de outubro de 2018 o grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle das empresas do Grupo Samed.

Em 15 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 78/2018/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE a aquisição do grupo SAMED pelo Grupo Notre Dame Intermédica.

Em 26 de setembro de 2018 a transação havia sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004374/2018-56.

c) Aquisição e Incorporação – Grupo Cruzeiro do Sul

Em 22 de fevereiro de 2018, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assumiu o controle do Grupo Cruzeiro do Sul, compostos pelas empresas Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A. e Cruzam – Cruzeiro do Sul Serviços de Assistência Médica S.A, localizada na região de Osasco.

Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) datado em 26 de janeiro de 2018 e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 19 de janeiro de 2018.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de julho de 2018, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A. e Cruzam – Cruzeiro do Sul Serviços de Assistência Médica S.A. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A.. O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas do Grupo Cruzam foi emitido em 29 de junho de 2018 por empresa independente.

Em 04 de setembro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou o Ofício nº 73/2018/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE de incorporação das empresas do Grupo Cruzam pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A..

A incorporação ocorreu tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

d) Incorporação – SAMCI

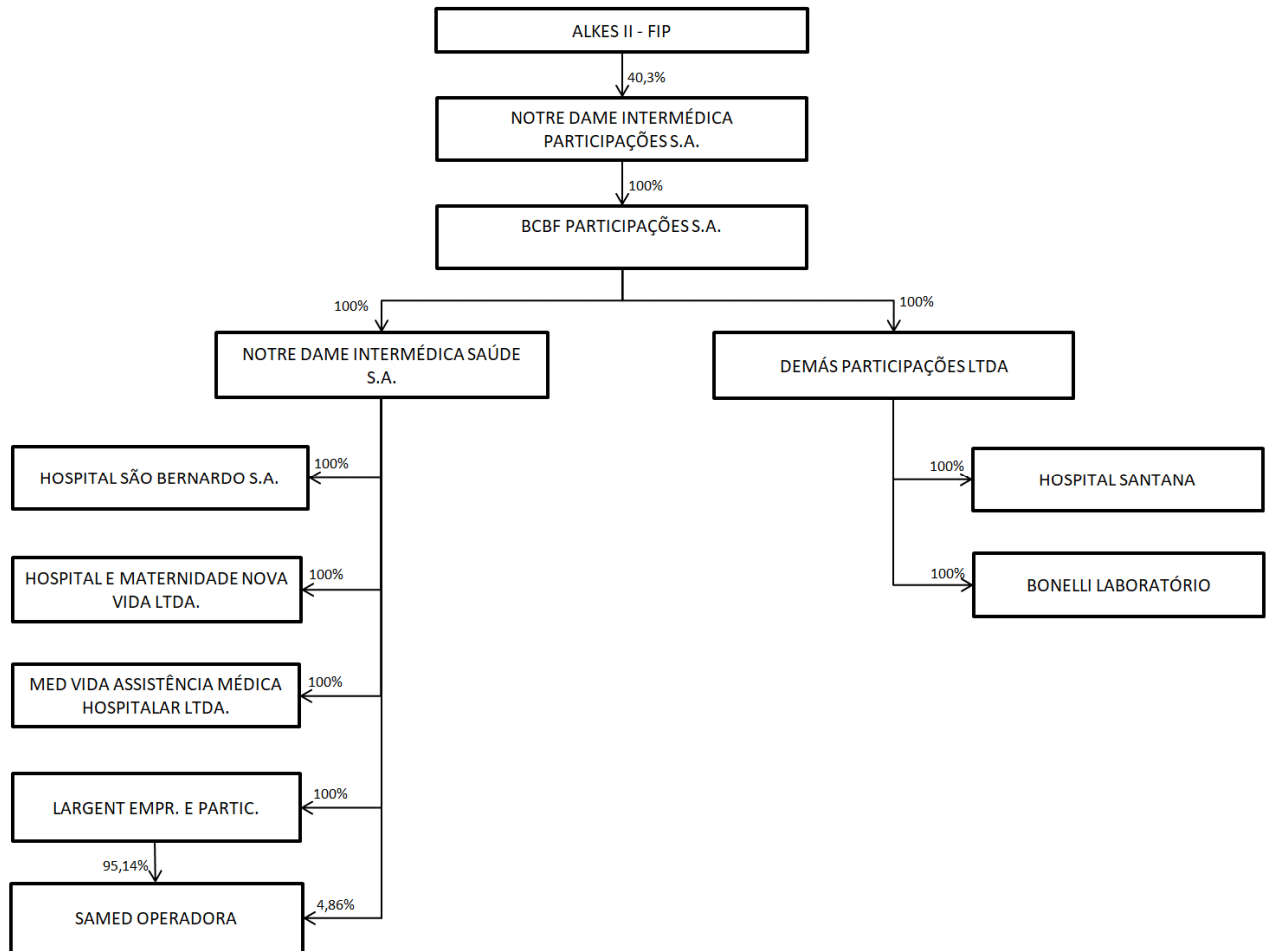
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 2 de janeiro de 2018, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Tijuca – Serviços de Assistência Médica Cirúrgica Infantil Ltda. (doravante denominada SAMCI) pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da SAMCI foi emitido em 28 de dezembro de 2017 por empresa independente.

A incorporação ocorreu tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

e) A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:



Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

A Companhia, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019.

b) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em a relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras e notas explicativas controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

Para melhor comparabilidade, algumas rubricas dos quadros que compõe as notas explicativas foram reclassificadas dentro do próprio grupo, sem alterar o saldo do grupo.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As controladas incluídas na consolidação, todas com sede no Brasil, são as seguintes:

| | Principal atividade | Referência | Participação Acionária | | | |
|--|---------------------|------------|------------------------|----------|------------------------|----------|
| | | | 31 de Dezembro de 2018 | | 31 de dezembro de 2017 | |
| | | | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| BCBF Participações S.A. | Holding | | 100,00% | - | 100,00% | - |
| Notre Dame Intermédica Saúde S.A. | Plano de Saúde | | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Hospital e Maternidade Nova Vida Ltda. | Saúde | | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. | Saúde | | - | 100,00% | - | 100,00% |
| Hospital São Bernardo S.A. | Saúde | | - | 100,00% | - | 100,00% |
| RH Vida Saúde Ocupacional Ltda | Saúde | (a) | - | 100,00% | - | - |
| Demás Participações Ltda | Holding | (b) | - | 100,00% | - | - |
| Hospital e Maternidade Santana S.A. | Saúde | (b) | - | 100,00% | - | - |
| Laboratório de Análises Pedro Bonelli Ltda. | Laboratório | (b) | - | 100,00% | - | - |
| Largent Empreendimentos e Participações S.A. | Holding | (c) | - | 100,00% | - | - |
| Samed Operadora S.A. | Plano de Saúde | (c) | - | 100,00% | - | - |

(a) Empresa vendida em 1 de novembro de 2018, empresa controlada direta BCBF Participações S.A., vide nota 2.a

(b) Controle da Empresa adquirido em 23 de outubro de 2018, empresa controlada direta BCBF Participações S.A., vide nota 2.b

(c) Controle da Empresa adquirido em 23 de outubro de 2018, empresa controlada direta da Notre Dame Intermédica Saúde S.A., vide nota 5

c) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma suplementar para fins de IFRS.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional definida para a Companhia e suas controladas.

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir significativamente dos registrados nas demonstrações financeiras em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente;
- Perda de recuperabilidade sobre créditos;
- Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- Transações com pagamentos baseados em ações;
- Provisões técnicas;
- Provisões para ações judiciais; e
- *Liability Adequacy Test* (LAT).

f) Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção das seguintes normas/interpretações:

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 substitui às orientações existentes na CPC 06 (R1) / IAS 17 e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários, sendo:

- Arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e moveis de escritório) e;
- Arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

De acordo com a IAS 17, todos os pagamentos de arrendamentos operacionais são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. O impacto das mudanças de acordo com a IFRS 16 seria a redução do caixa gerado pelas atividades operacionais e o aumento do caixa líquido usado nas atividades de financiamento pelo mesmo valor.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16, que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Transição para a IFRS 16

A Companhia planeja adotar a IFRS 16 a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2019. A Companhia selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial deste novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16. Consequentemente, as novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle. A IFRS 16 determina se um contrato contém um arrendamento com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se, contém, ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16.

A Companhia optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de escritório (como computadores pessoais, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia, com base em avaliações preliminares, entende que o maior impacto produzido por esta norma está relacionado ao reconhecimento no balanço dos contratos de arrendamento de imóveis locados de terceiros, veículos e equipamentos, com prazos de vigência de superiores a 12 meses, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda estava em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento bem como do critério de transição a adotar para implantação da Norma.

ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A IFRIC 23 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor. A Companhia entende que opera em um ambiente tributário multinacional complexo e conseqüentemente a aplicação da Interpretação poderá afetar suas demonstrações financeiras consolidadas. Além disso, é possível que a Companhia necessite estabelecer processos e procedimentos para obter as informações necessárias para a aplicação da Interpretação em tempo hábil.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017 a IFRS 17, que substituirá o CPC 11 / IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021. A IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.

Esta norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessário a apresentação de valores comparativos.

A Companhia não pretende adotar a norma antecipadamente e aguardará a emissão de norma equivalente no Brasil para analisar os efeitos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros afins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

de caixa e estando a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de contratação.

b) Instrumentos financeiros (CPC 48 / IFRS 9 - Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018)

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Transição

A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração.

A IFRS 9 mantém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 foram aplicadas prospectivamente pela Companhia.

Com base na análise detalhada de seus modelos de negócios e das características de fluxo de caixa de seus ativos financeiros, os efeitos apresentados são não significativos.

Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixas e equivalentes de caixa, títulos públicos e aplicações financeiras com garantias classificadas como títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, representado por: fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

- Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

- Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período

Redução ao valor recuperável de Ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Companhia está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde e odontológico e que são relacionados diretamente com seguros.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses e caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o recebimento de vendas de outros serviços hospitalares a Companhia optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

c) Perda de recuperabilidade sobre créditos

As controladas da Companhia constituem provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos através da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 322/2013 da ANS.

A perda de recuperabilidade sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

e) Despesas de comercialização diferidas (DAC – Deferred Acquisition Cost)

As despesas de comercialização referem-se aos agenciamentos e são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas diferidas”, de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13. Em 2016 através de estudo técnico a operadora iniciou a diferir as despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas “Despesas diferidas” que compreende o saldo de até 12 meses e “Despesas de comercialização diferida” no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

f) Investimento - Controladora

Durante o exercício de 2018 e 2017, a participação societária que a Companhia possuía em suas controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

A participação nos resultados operacionais das controladas está demonstrada na demonstração do resultado como “Resultado de equivalência patrimonial”.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

g) Imobilizado

Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do *ágio* é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o *ágio* esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do *ágio* alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

j) Ágio

O *ágio* resultante de uma combinação de negócios é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o *ágio* é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas por valor recuperável.

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o *ágio* é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia (ou grupos de UGCs) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As UGCs às quais o *ágio* foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer *ágio* alocado à

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

k) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita, devido as atividades operacionais das controladas da Companhia certas provisões são requeridas conforme abaixo:

- A provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA), é constituída para a cobertura de eventos ocorridos e não avisados, conforme a Resolução Normativa (RN) 209/2009, alterada pelas RNs 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012 e 393/2015, sendo calculada com base em nota técnica atuarial submetida e aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- A Provisão para eventos a liquidar é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (RN 290/2012, alterada pela RN 322/2013).
- A provisão de remissão é constituída para os beneficiários que ficaram isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
- A provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS – Sistema Único de Saúde correspondente aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram à rede de atendimento à saúde pública. As Operadoras devem registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde” – (Nota explicativa 26) em contra partida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde” (no plano de contas da ANS registrado na rubrica “Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS” – Nota explicativa 21) no passivo circulante e não circulante.

Conforme Resolução Normativa 227/2010 alterada pela Resolução 329/2013, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS, é estabelecido regras para constituição de provisões técnicas, tais regras, exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

l) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros” pelo método de custo amortizado.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

m) Provisões para ações judiciais, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (IAS 37).

As provisões para riscos são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda provável são integralmente provisionados.

Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

o) Tributos diretos

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios correntes e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

Os tributos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal, requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios, e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

p) Plano de pagamento baseado em ações

A Companhia oferece aos seus funcionários a opção de participar do plano de pagamento baseado em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgadas.

O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 30, calculado com base no valor atribuído a permanência e a performance dos participantes, determinado pelo valor justo das opções outorgadas, estabelecido na data da outorga de cada plano, utilizando um modelo de precificação de opção, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contra partida da conta de “reserva de capital” no patrimônio líquido.

Os participantes do plano de pagamento baseado em ações restringem-se aos executivos da Companhia e suas controladas.

q) Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Companhia concede a seus executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos), são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas na demonstração individual e consolidada do resultado.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Os participantes do plano de pagamento baseado em ações restringem-se aos executivos da Companhia e suas controladas.

r) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

s) Lucro por ação

- Lucro básico

O cálculo do lucro básico por ação é elaborado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

- Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

t) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

u) Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços, para esse com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender os requerimentos do CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguros, para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS15 – Contratos com clientes.

I. Reconhecimento de Receitas Operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no sub-item “Provisão de Contraprestação Não Ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 21, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

II. Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47 / IFRS 15 – Norma alterada a partir de 1º de janeiro de 2018.)

- Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável

A Companhia possuiu dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

O valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir, dependendo do método a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

- O valor esperado – é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares;
- O valor mais provável – é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação;
- Variável - se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia e suas controladas adotaram, por meio do método de adoção retrospectivo modificado, a partir de 1º de janeiro de 2018 o efeito cumulativo referente a adoção inicial com reflexo diretamente no Patrimônio Líquido.
Os efeitos da adoção do CPC47/IFRS15 a partir de 1º de janeiro de 2018 estão assim apresentados:

Balço Patrimonial em 1º de janeiro de 2018

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | 1º de janeiro de 2018 sem efeito do IFRS15 | 1º de janeiro de 2018 com efeito do IFRS15 |
| Ativo | | |
| Circulante | 1.873.761 | (8.674) |
| Contas a receber de clientes | 266.411 | (8.674) |
| Não circulante | 2.948.031 | 2.949 |
| Impostos diferidos ativo | 274.865 | 2.949 |
| Total do ativo | 4.821.792 | (5.725) |
| | | |
| | Consolidado | Consolidado |
| | 1º de janeiro de 2018 sem efeito do IFRS15 | 1º de janeiro de 2018 sem efeito do IFRS15 |
| Passivo e patrimônio líquido | | |
| Circulante | 1.556.215 | - |
| Não circulante | 1.914.420 | - |
| Patrimônio líquido | 1.351.157 | (5.725) |
| Reservas de lucros | 288.608 | (5.725) |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | 4.821.792 | (5.725) |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Para o período findo em 31 de dezembro de 2018 o impacto da adoção da nova norma reconhecido diretamente no resultado está apresentado a seguir:

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018

| | Saldo em 31 de dezembro de 2018 sem efeito do IFRS15 | Efeito CPC47/IFRS15 | Consolidado Saldo em 31 de dezembro de 2018 com efeito do IFRS15 |
|--|--|------------------------|---|
| Receita operacional líquida | 6.146.433 | (11.216) | 6.135.217 |
| Resultado bruto | 1.674.453 | (11.216) | 1.663.237 |
| Resultado antes das receitas e despesas financeiras | 628.675 | (11.216) | 617.459 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social | 549.691 | (11.216) | 538.475 |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | (76.895) | 3.813 | (73.082) |
| Lucro líquido do período | 341.476 | (7.403) | 334.073 |

III. Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

v) Segmentação

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e suas controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:

- (i) Saúde – prestação de serviços nos campos da medicina, hospitalar, medicina social e ocupacional.
- (ii) Odontológico – prestação de serviço no campo de odontologia.

Apresentamos o detalhamento na nota explicativa nº 32.

w) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT)

O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Quando é identificado qualquer insuficiência a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotado pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixas a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

O cálculo do LAT considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

x) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, às circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição.

As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. Combinação de negócios

5.1. Aquisição do Grupo SAMED Saúde

Em 23 de outubro de 2018 o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição no montante de R\$ 180.166 e assumiu o controle do Grupo Samed, composto pelas empresas Laboratório de Análises Clínicas Pedro Bonelli, Hospital Santana, Samed Operadora S.A., Largent Participações S.A. e Demás Participações S.A., localizada na região de Mogi das Cruzes.

| | |
|----------------------------------|-----------------------|
| Contraprestação | 227.703 |
| (-) Ajuste endividamento líquido | <u>(47.537)</u> |
| | <u>180.166</u> |

Em 15 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 78/2018/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE a aquisição do grupo SAMED pelo Grupo Notre Dame Intermédica.

Em 26 de setembro de 2018 a transação havia sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004374/2018-56.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo SAMED e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição:

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| | Largent | Demas | Grupo Samed |
|--|----------------|-----------------|--------------------|
| Total da contraprestação | 90.596 | 35.520 | 126.116 |
| Parcela retida ¹ | 38.827 | 15.223 | 54.050 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 628 | 1.993 | 2.621 |
| Aplicações financeiras | 27.451 | - | 27.451 |
| Contas a receber de clientes | 4.419 | 10.632 | 15.051 |
| Estoques | 12 | 2.511 | 2.523 |
| Créditos tributários e previdenciários | 207 | 891 | 1.098 |
| Outros ativos | 4.583 | 4.569 | 9.152 |
| Circulante | 37.300 | 20.596 | 57.896 |
| Aplicações financeiras | 28 | - | 28 |
| Impostos diferidos ativo | 20.597 | 10.759 | 31.356 |
| Depósitos judiciais e fiscais | 11.760 | - | 11.760 |
| Outros ativos | 4.191 | 9 | 4.200 |
| Contas a receber de contingências | 45.959 | - | 45.959 |
| Imobilizado | 11.757 | 23.308 | 35.065 |
| Intangível | 30.149 | 6 | 30.155 |
| Não circulante | 124.441 | 34.082 | 158.523 |
| Total de ativo | 161.741 | 54.678 | 216.419 |
| Fornecedores | 2.278 | 4.945 | 7.223 |
| Salários a pagar | 1.504 | 6.594 | 8.098 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 7.838 | 10.753 | 18.591 |
| Empréstimos e financiamentos | 6.911 | 11.301 | 18.212 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 24.851 | - | 24.851 |
| Outros passivos | 6.391 | 11.448 | 17.839 |
| Circulante | 49.773 | 45.041 | 94.814 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 6.053 | 15.169 | 21.222 |
| Empréstimos e financiamentos | 2.672 | 8.354 | 11.026 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 114 | - | 114 |
| Impostos diferidos passivos | - | 1.575 | 1.575 |
| Provisões para ações judiciais | 49.281 | 3.510 | 52.791 |
| Outros passivos | 802 | 2.100 | 2.902 |
| Não circulante | 58.922 | 30.708 | 89.630 |
| Total de passivo | 108.695 | 75.749 | 184.444 |
| Total do passivo assumido | 53.046 | (21.071) | 31.975 |
| Ágio gerado na operação | 76.377 | 71.814 | 148.191 |
| Total da contraprestação | 129.423 | 50.743 | 180.166 |

¹ Parcela retida – O contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Samed Saúde (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordo dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O Ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de outubro de 2018 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Samed Saúde de R\$ 73.474. O Grupo Samed Saúde também contribuiu com um lucro de R\$ 27.426 no mesmo período.

Se o Grupo Samed Saúde tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2018, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pró-forma de R\$ 284.289 e prejuízo pró-forma de R\$ 68.094. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

5.2. Combinação de Negócios – Grupo Cruzeiro do Sul

Em 22 de fevereiro de 2018, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. concretizou o fechamento da operação de aquisição no montante de R\$ 89.176 e assumiu o controle do Grupo Cruzeiro do Sul, compostos pelas empresas Laboratório de Análises Clínicas Cruzeiro do Sul Ltda., Organização Médica Cruzeiro do Sul S.A. e Cruzam – Cruzeiro do Sul Serviços de Assistência Médica S.A., localizada na região de Osasco.

| | |
|----------------------------------|---------------|
| Contraprestação | 110.830 |
| (-) Ajuste endividamento líquido | (21.654) |
| | <u>89.176</u> |

Essa aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) datado em 26 de janeiro de 2018 e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 19 de janeiro de 2018.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Cruzeiro do Sul e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis referente ao período aquisitivo.

O balanço utilizado como base de aquisição é referente ao período findo em 31 de janeiro de 2018.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| <u>Em 31 de janeiro de 2018</u> | <u>Operadora</u> | <u>Laboratorio</u> | <u>Hospital</u> | <u>Grupo Cruzeiro</u> |
|--|------------------|--------------------|-----------------|-----------------------|
| Total da contraprestação transferida | 38.042 | 103 | 29.031 | 67.176 |
| Parcela retida ¹ | 12.458 | 34 | 9.508 | 22.000 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.182 | 52 | 129 | 1.363 |
| Aplicações financeiras | 16.201 | - | 223 | 16.424 |
| Contas a receber de clientes | 9.814 | 877 | 6.257 | 16.948 |
| Estoques | - | - | 114 | 114 |
| Créditos tributários e previdenciários | 985 | 21 | 7 | 1.013 |
| Outros ativos circulante | 862 | 3 | 701 | 1.566 |
| Circulante | 29.044 | 953 | 7.431 | 37.428 |
| Impostos diferidos ativo | 14.401 | - | 7.260 | 21.661 |
| Depósitos judiciais | 1.719 | 243 | 633 | 2.595 |
| Contas a receber de contingências | 19.315 | - | - | 19.315 |
| Outros ativos não circulante | 1.089 | 58 | 3.592 | 4.739 |
| Investimento | - | 91 | 367 | 458 |
| Imobilizado | 17.855 | 189 | 28.756 | 46.800 |
| Intangível | 19.181 | (3) | 391 | 19.569 |
| Não circulante | 73.560 | 578 | 40.999 | 115.137 |
| Total de ativo | 102.604 | 1.531 | 48.430 | 152.565 |
| Fornecedores | 2.424 | 454 | 2.939 | 5.817 |
| Salários a pagar | 4.617 | 1.115 | - | 5.732 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 905 | - | 6.780 | 7.685 |
| Empréstimos e financiamentos a pagar | 4.173 | 466 | 5.200 | 9.839 |
| Provisões de imposto de renda e contribuição social | 83 | 68 | 1.175 | 1.326 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 19.582 | - | - | 19.582 |
| Outros passivos circulante | 1.425 | 59 | 1.963 | 3.447 |
| Circulante | 33.209 | 2.162 | 18.057 | 53.428 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | - | - | 6.244 | 6.244 |
| Empréstimos e financiamentos a pagar | 3.057 | 381 | 5.454 | 8.892 |
| Provisões técnicas de operações de assistência à saúde | 1.489 | - | - | 1.489 |
| Provisões para tributos diferidos | - | - | 3.841 | 3.841 |
| Provisões para ações judiciais | 33.301 | 1.190 | 11.195 | 45.686 |
| Não circulante | 37.847 | 1.571 | 26.734 | 66.152 |
| Total de passivo | 71.056 | 3.733 | 44.791 | 119.580 |
| Total do passivo assumido | 31.548 | (2.202) | 3.640 | 32.986 |
| Ágio gerado na transação | 18.952 | 2.339 | 34.900 | 56.190 |
| Total da contraprestação | 50.500 | 137 | 38.539 | 89.176 |

¹ Parcela retida – O contrato prevê a retenção de uma parcela do preço de aquisição, por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente. O valor será atualizado pela variação do CDI.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Cruzeiro do Sul (combinação de negócios), conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente.

Em acordos dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.

O Ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame.

O Grupo Cruzeiro do Sul foi consolidado a partir de 1º de fevereiro de 2018 e incorporado em 1º de julho de 2018. A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde 1º de fevereiro de 2018 inclui o valor de receitas gerado pelo Grupo Cruzeiro do Sul de R\$ 45.871. O Grupo Cruzeiro do Sul também contribuiu com um lucro de R\$ 820 no mesmo período.

Se o Grupo Cruzeiro do Sul tivesse sido consolidado a partir de 1º de janeiro de 2018, a demonstração consolidada do resultado apresentaria uma receita líquida pró-forma de R\$ 61.100 e lucro líquido pró-forma de R\$ 461. Essa informação de receita líquida e resultado foi obtida mediante a simples agregação dos valores das empresas adquirida e adquirente e não representa os valores reais consolidados para o ano.

6. Gerenciamento de riscos

A Companhia detém o controle em empresas que operam exclusivamente com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimentos) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber de clientes) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia e suas controladas monitoram permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

provisão para perdas sobre créditos é utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa nº 418/2016 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia e suas controladas procuram priorizar as aplicações diretamente em títulos públicos ou aplicações de baixo risco em bancos de primeira linha, obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa nº 419/16 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

b. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia e de suas controladas, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas procuram mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos.

Para isso a Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez

| Liquidez | Disponível e aplicações financeiras | Consolidado | | | |
|-------------------|--|------------------|-------------|------------------------|-------------|
| | | 2018 | | 31 de Dezembro de 2017 | |
| | | Valor | % Carteira | Valor | % Carteira |
| Imediata | Disponível | 136.834 | 10% | 27.822 | 2% |
| Imediata | Certificado de depósitos bancários - CDB - pós, Debêntures Compromissadas, Fundos de renda fixa abertos e outros | 1.020.388 | 73% | 1.090.431 | 84% |
| De 31 a 120 dias | Letras financeiras do tesouro - LFT | 18.773 | 1% | 67.444 | 5% |
| De 241 a 360 dias | Letras financeiras do tesouro - LFT | - | - | 64.019 | 5% |
| Acima de 361 dias | Letras financeiras do tesouro - LFT | 42.543 | 3% | 57.610 | 4% |
| Acima de 361 dias | Letras financeiras - LF | 180.838 | 13% | - | - |
| | | 1.399.376 | 100% | 1.307.326 | 100% |

Em conformidade com a Resolução Normativa da ANS a controlada Notre Dame Intermédica Saúde mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreada para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 560.743 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 526.848 em 31 de dezembro de 2017.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

c. Risco cambial

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se refere. A controlada Notre Dame Intermédica Saúde tem exposição ao risco de variação cambial em aplicações financeiras, porém essa exposição não gera impacto relevante no resultado da controladora e no consolidado da Companhia uma vez que o montante registrado na rubrica de fundos cambiais é de R\$ 1.114 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 1.151 em 31 de dezembro de 2017).

d. Risco de Seguro

O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário irá receber, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e na captação de debêntures.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia adota a política de aplicação, em títulos exclusivamente pós-fixados, o portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico – Certificado de Depósito Bancário (CDB), sendo o restante indexado à taxa SELIC. Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa nº 8.

As suas controladas BCBF Participações S.A. e Notre Dame Intermédica Saúde S.A. possuem captação em debêntures e empréstimos e financiamentos, ficando exposta a variação da taxa CDI + *spread*. A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures está sendo apresentado nas notas explicativas nº 19 e 20, respectivamente.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia e suas controladas adotaram taxas vigentes em datas próximas a da apresentação das referidas informações financeiras, utilizando para Selic e CDI a mesma taxa em decorrência da proximidade das mesmas, na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescida/diminuída em 25% e 50%, respectivamente.

Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2018:

| | | Consolidado | | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------|------------------------|------------------|-----------------|-----------|-----------------|--------|-----------------|-------|-----------------|------------|-----------------|
| | | 31 de Dezembro de 2018 | | | | | | | | | | |
| | | % - a.a. | R\$ | Provável | Cenário I | | | | | | Cenário II | |
| | | | | | Taxa | -25% | Taxa | +25% | Taxa | -50% | Taxa | +50% |
| Aplicações financeiras | | | | | | | | | | | | |
| CDBs | CDI | 6,40% | 541.106 | 34.631 | 4,80% | 25.973 | 8,00% | 43.288 | 3,20% | 17.315 | 9,60% | 51.946 |
| LFTs | Selic | 6,50% | 61.316 | 3.986 | 4,90% | 3.004 | 8,10% | 4.967 | 3,30% | 2.023 | 9,80% | 6.009 |
| Fundo de renda fixa abertos | Selic | 6,50% | 475.459 | 30.905 | 4,90% | 23.297 | 8,10% | 38.512 | 3,30% | 15.690 | 9,80% | 46.595 |
| Operações compromissadas | Selic | 6,50% | 2.600 | 169 | 4,90% | 127 | 8,10% | 211 | 3,30% | 86 | 9,80% | 255 |
| LFTs | Selic | 6,50% | 180.838 | 11.754 | 4,90% | 8.861 | 8,10% | 14.648 | 3,30% | 5.968 | 9,80% | 17.722 |
| Outros | Selic | 6,50% | 109 | 7 | 4,90% | 5 | 8,10% | 9 | 3,30% | 4 | 9,80% | 11 |
| | | | 1.261.428 | 81.452 | | 61.267 | | 101.635 | | 41.086 | | 122.538 |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | | | | | | | | |
| Emprestimo Citibank | 85%CDI+1,955%a.a. | 7,50% | (265.676) | (19.926) | 6,10% | (16.206) | 8,90% | (23.645) | 4,70% | (12.487) | 10,27% | (27.285) |
| Notas Promissórias | CDI | 6,40% | (2.736) | (175) | 4,80% | (131) | 8,00% | (219) | 3,20% | (88) | 9,60% | (263) |
| Leasing | CDI | 6,40% | (10.833) | (693) | 4,80% | (520) | 8,00% | (867) | 3,20% | (347) | 9,60% | (1.040) |
| | | | (279.245) | (20.794) | | (16.857) | | (24.731) | | (12.922) | | (28.588) |
| Debêntures | | | | | | | | | | | | |
| Debêntures - BCBF (2º) | CDI + 2,25%a.a. | 8,79% | (307.782) | (27.066) | 7,16% | (22.031) | 10,43% | (32.102) | 5,52% | (16.996) | 12,07% | (37.137) |
| Debêntures - Notre Dame (2º) | 108,5% a.a. do CDI | 6,94% | (350.286) | (24.310) | 5,20% | (18.215) | 8,70% | (30.475) | 3,50% | (12.260) | 10,40% | (36.430) |
| | | | (658.068) | (51.376) | | (40.246) | | (62.577) | | (29.256) | | (73.567) |
| Outros Passivos | | | | | | | | | | | | |
| Obrigações Contratuais | CDI | 6,40% | (204.462) | (13.086) | 4,80% | (9.814) | 8,00% | (16.357) | 3,20% | (6.543) | 9,60% | (19.628) |
| | | | (204.462) | (13.086) | | (9.814) | | (16.357) | | (6.543) | | (19.628) |
| | | | | (3.804) | | (5.650) | | (2.030) | | (7.635) | | 755 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras de liquidez imediata possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitas a um significativo risco de mudança de valor, e a Companhia possui direito de resgate imediato.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------|-----------|----------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Caixa e bancos | 37 | 25 | 24.243 | 7.636 |
| Aplicações de liquidez imediata | - | - | 112.591 | 20.186 |
| | 37 | 25 | 136.834 | 27.822 |

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

| Valor justo por meio do resultado | Níveis | Consolidado | | | | | |
|--|--------|------------------|----------------|-----------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Vencimentos | | 2018 | | 2017 | |
| | | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i) | 1 | 18.773 | 42.543 | 61.316 | 61.316 | 189.073 | 189.073 |
| Certificado Depósitos Bancários – CDB (ii) | 2 | 512.628 | 28.478 | 541.106 | 541.106 | 443.850 | 443.850 |
| Operações compromissadas (iii) | 2 | 2.600 | - | 2.600 | 2.600 | 299.692 | 299.692 |
| Fundo de renda fixa abertos (iv) | 2 | 473.466 | 1.993 | 475.459 | 475.459 | 341.769 | 341.769 |
| Fundo Cambial (iv) | 2 | 1.114 | - | 1.114 | 1.114 | 1.151 | 1.151 |
| Letras Financeiras - LF (i) | 2 | - | 180.838 | 180.838 | 180.838 | - | - |
| Outros títulos de renda fixa | 2 | 109 | - | 109 | 109 | 3.969 | 3.969 |
| Total | | 1.008.690 | 253.852 | 1.262.542 | 1.262.542 | 1.279.504 | 1.279.504 |
| | | | | Circulante | | 1.230.233 | |
| | | | | Não Circulante | | 49.271 | |

- (i) Os títulos públicos federais foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.
- (ii) A Companhia e suas controladas adotam as políticas de aplicações em títulos majoritariamente pós-fixados de emissão de instituições financeiras em Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos sempre por bancos de primeira linha, com liquidez imediata.
- (iii) Operações compromissadas lastreadas em debêntures com os seguintes emissores: Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander.
- (iv) Os fundos são administrados pelo Itaú Asset Management e Bradesco Asset Management.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (v) As operações com Letras Financeira foram contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor justo em títulos pós-fixados atrelados ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez de 2 anos;

As aplicações têm remuneração diária vinculada às taxas do CDI e SELIC, com vencimentos variáveis até março de 2021.

As aplicações classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” são contabilizadas no ativo circulante independentemente de seu vencimento (com exceção da aplicação vinculada à obrigação contratual que é registrada no ativo não circulante).

A classificação de rating por instituições financeiras para o CDBs é como segue:

| Emissores | 31 de Dezembro de 2018 | Rendimento % em do CDI | Rating Nacional - Longo Prazo | 31 de Dezembro de 2017 | Rendimento % em do CDI |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 167.094 | 97,00% | A-(BRA) | 76.779 | 98,8% |
| Banco Bradesco S.A. | 111.866 | 100,25% | BB-(bra) | 22.587 | 98,5% |
| Banco Citibank | - | - | BB-(bra) | 332.022 | 25,0% |
| Caixa Econômica Federal | 12.910 | 98,25% | BB-(bra) | 11.741 | 98,2% |
| Itaú Unibanco S.A. | 38.492 | 97,00% | BB-(bra) | 721 | 90,0% |
| Votorantim S.A. | 209.686 | 99,10% | AA-(BRA) | - | - |
| Banco Safra S.A. | 663 | 100,00% | BB-(bra) | - | - |
| Banco Mercantil do Brasil | 395 | 102,50% | BB-(bra) | - | - |
| | 541.106 | | | 443.850 | |

a) Movimentação das aplicações financeiras

| | Consolidado | |
|--|--------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Saldo inicial do exercício | 1.279.504 | 661.531 |
| Saldo adquirido | 43.903 | 16.551 |
| Aplicações | 7.076.283 | 2.833.690 |
| Resgates | (7.210.980) | (2.284.925) |
| Receitas (despesas) com variação cambial | 226 | 4.298 |
| Resultado financeiro | 73.626 | 49.012 |
| Ajuste a valor de mercado | (20) | (653) |
| Saldo final do exercício | 1.262.542 | 1.279.504 |

b) Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho sobre o valor justo de suas aplicações através da Taxa Interna de Retorno (TIR) no exercício, utilizando como parâmetro a variação do CDI.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018, o desempenho no exercício da carteira da Companhia e suas controladas atingiu uma rentabilidade média de 100 % do CDI (100,06 % do CDI em 31 de dezembro 2017).

c) Determinação do valor justo

Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros são definidos pelo administrador e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As aplicações financeiras vinculadas são custodiadas, registradas e negociadas na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

9. Contas a receber de clientes

O saldo do contas a receber de clientes refere-se as operações relacionados com plano de saúde e de serviços relacionados a assistência à saúde, gerados pelas operações de suas controladas.

| | Consolidado | |
|--|--------------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Contas a receber de clientes referente: | | |
| Planos de assistência à saúde | 178.671 | 141.962 |
| Assistência à saúde não relacionados com planos de assistência à saúde | 153.651 | 124.449 |
| | 332.322 | 266.411 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição das contas a receber de clientes era:

| | Consolidado | |
|--|--------------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 212.087 | 160.571 |
| (-) Perda de recuperabilidade sobre créditos | (33.416) | (18.609) |
| | 178.671 | 141.962 |
| | Consolidado | |
| | 2018 | 2017 |
| Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora | 168.224 | 144.073 |
| (-) Perda de recuperabilidade sobre créditos | (14.573) | (19.624) |
| | 153.651 | 124.449 |
| Contas a receber de clientes | 332.322 | 266.411 |

A abertura do Saldo de contas a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

| | Consolidado | | |
|--|----------------------------|---|----------------------|
| | 31 dezembro de 2018 | | |
| | Saldo | Perda de recuperabilidade sobre créditos | Saldo líquido |
| <u>A vencer:</u> | | | |
| De 1 a 30 dias | 100.826 | (195) | 100.631 |
| Acima de 30 dias | 16.071 | (3.500) | 12.571 |
| <u>Vencidos:</u> | | | |
| De 1 a 30 dias | 41.190 | (937) | 40.253 |
| De 31 a 90 dias | 32.301 | (7.085) | 25.216 |
| Acima de 90 dias | 21.699 | (21.699) | - |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 212.087 | (33.416) | 178.671 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| Consolidado | | | |
|--|----------------|---|----------------------|
| 31 dezembro de 2017 | | | |
| | Saldo | Perda de recuperabilidade sobre créditos | Saldo líquido |
| A vencer: | | | |
| De 1 a 30 dias | 818 | - | 818 |
| Acima de 30 dias | 91.472 | (92) | 91.380 |
| Vencidos: | | | |
| De 1 a 30 dias | 39.269 | (377) | 38.892 |
| De 31 a 90 dias | 13.326 | (2.454) | 10.872 |
| Acima de 90 dias | 15.686 | (15.686) | - |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | 160.571 | (18.609) | 141.962 |

| Consolidado | | | |
|---|----------------|---|----------------------|
| 31 dezembro de 2018 | | | |
| | Saldo | Perda de recuperabilidade sobre créditos | Saldo líquido |
| A vencer: | | | |
| De 1 a 30 dias | 31.329 | (278) | 31.051 |
| Acima de 30 dias | 28.703 | (6) | 28.697 |
| Vencidos: | | | |
| De 1 a 30 dias | 11.413 | (78) | 11.335 |
| De 31 a 90 dias | 62.515 | (4.401) | 58.114 |
| Acima de 90 dias | 34.264 | (9.810) | 24.454 |
| Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora | 168.224 | (14.573) | 153.651 |

| Consolidado | | | |
|---|----------------|---|----------------------|
| 31 dezembro de 2017 | | | |
| | Saldo | Perda de recuperabilidade sobre créditos | Saldo líquido |
| A vencer: | | | |
| De 1 a 30 dias | 13.758 | (637) | 13.121 |
| Acima de 30 dias | 51.854 | (74) | 51.780 |
| Vencidos: | | | |
| De 1 a 30 dias | 33.676 | (1.734) | 31.942 |
| De 31 a 90 dias | 27.287 | (2.111) | 25.176 |
| Acima de 90 dias | 17.498 | (15.068) | 2.430 |
| Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora | 144.073 | (19.624) | 124.449 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Movimentação do contas a receber de clientes:

| | Consolidado | |
|--|--------------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Saldo no início do exercício | 141.962 | 109.842 |
| Saldo adquirido | 14.233 | - |
| Contraprestações líquidas | 5.659.579 | 4.967.477 |
| Recebimentos | (5.584.366) | (4.896.443) |
| (-) Perda de recuperabilidade sobre créditos | (9.724) | (326) |
| (-) Perda efetiva com créditos (a) | (43.013) | (38.588) |
| Saldo no final do exercício | 178.671 | 141.962 |

(a) Valor de perda efetiva com impacto no resultado da Companhia e suas controladas, conforme N.E. 28.c

Movimentação do contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora:

| | Consolidado | |
|---|--------------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Saldo no início do exercício | 124.449 | 61.115 |
| Saldo adquirido | 17.766 | 28.753 |
| Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora | 623.156 | 519.365 |
| Co-participação | 124.647 | 99.558 |
| Recebimentos | (722.798) | (572.509) |
| (-) Efeito CPC47/IFRS15 - adoção inicial | (8.674) | - |
| (-) Efeito CPC 47 / IFRS15 no exercício | (11.216) | - |
| Reversão (Constituição) de perda de recuperabilidade sobre créditos | 10.919 | (3.606) |
| (-) Perda efetiva com créditos (a) | (4.598) | (8.227) |
| Saldo no final do exercício | 153.651 | 124.449 |

(a) Valor de perda efetiva com impacto no resultado da Companhia e suas controladas, conforme N.E. 28.c

Movimentação da provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos:

| | Consolidado | | |
|--|------------------------|---|-----------------|
| | Planos de saúde | Não relacionado com plano de saúde | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | (18.283) | (1.662) | (19.945) |
| Saldo adquirido | - | (14.356) | (14.356) |
| Constituições | (57.697) | (17.558) | (75.255) |
| Reversões | 57.371 | 13.952 | 71.323 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | (18.609) | (19.624) | (38.233) |
| Saldo adquirido | (5.083) | (5.868) | (10.951) |
| Constituições | (266.019) | (50.687) | (316.706) |
| Reversões | 256.295 | 61.606 | 317.901 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2018 | (33.416) | (14.573) | (47.989) |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

10. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta “Despesas de comercialização diferidas” no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

| | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Saldo no início do exercício | 222.845 | 97.654 |
| Constituições | 179.182 | 203.316 |
| (-) Amortização | (145.717) | (78.125) |
| Saldo no final do exercício | 256.310 | 222.845 |
| | | |
| Ativo circulante | 143.583 | 105.960 |
| Ativo não circulante | 112.727 | 116.885 |

11. Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

| | Consolidado | |
|---|--------------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Imposto de renda (a) | 30.000 | 11.884 |
| Contribuição social sobre o lucro (a) | 8.302 | 13.504 |
| Imposto de renda retido na fonte | 17.957 | 6.403 |
| Crédito de previdência social | 1.049 | 4.083 |
| Créditos de PIS e COFINS | 4.051 | 2.904 |
| Crédito de ISS | 482 | 528 |
| Créditos tributários e previdenciários | 61.841 | 39.306 |

(a) No exercício de 2018 a controlada Intermédica realizou antecipações em volume maior que o saldo a pagar de impostos apurado em 31 de dezembro de 2018, o que gerou um crédito fiscal no momento da apuração do encontro de contas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

12. Outros ativos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|-----------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Depósito judicial ISS – SP (a) | - | - | 181.412 | 124.407 |
| Contas a receber c/partes relacionadas (nota 33) | 75.810 | - | 88.460 | - |
| Adiantamento a fornecedores (d) | - | - | 39.402 | 23.396 |
| Outros títulos a receber (e) | 434 | 50 | 25.697 | 6.372 |
| Adiantamento a funcionários | - | - | 7.127 | 12.926 |
| Manutenção de softwares a amortizar | - | - | 6.596 | 5.085 |
| Outros | - | - | 1.209 | 3.081 |
| Circulante | 76.244 | 50 | 349.903 | 175.267 |
| Crédito a receber - indenizações (c) | - | - | 91.468 | 26.678 |
| Crédito a receber (f) | - | - | 50.401 | 13.040 |
| Contas a receber c/partes relacionadas (nota 33) | - | - | - | 12.314 |
| Contas a receber de planos de saúde (b) | - | - | 12.264 | 10.301 |
| Depósitos caução | - | - | 2.488 | 2.511 |
| Bloqueio judiciais | - | - | 2.122 | 9.431 |
| Outros | - | - | 5.869 | 149 |
| Não Circulante | - | - | 164.612 | 74.424 |
| | 76.244 | 50 | 514.515 | 249.691 |

- (a) Refere-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa nº 18. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão há um descasamento entre o depósito judicial e a provisão.
- (b) Refere-se a valores a receber de beneficiários dos nossos planos de saúde que estão discutindo judicialmente cláusulas contratuais e efetuaram depósitos judiciais.
- (c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças referentes às combinações de negócios, ficou definido, quando aplicável, que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato seriam de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores seriam reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.
- (d) Refere-se a pagamentos antecipados por aquisições de bens e serviços como: adiantamento para aquisição de ativo imobilizado no valor de R\$ 7.210 (R\$10.748 em 31 de dezembro de 2017), adiantamento para aquisição de empresas no valor de R\$ 5.117, adiantamentos de comissões diversas no valor de R\$ 4.980 (R\$4.910 em 31 de dezembro de 2017), adiantamento a clientes no valor de R\$ 6.119 e adiantamento para pagamento de processos judiciais (cível e trabalhista) no valor de R\$ 8.678. Em 31 de dezembro de 2017 também havia o saldo de R\$ 6.741 referente a adiantamento a fornecedores diversos.
- (e) Refere-se a: i) parcela da venda da RHVida Saúde Ocupacional no valor de R\$ 9.600; ii) recebimentos de particulares e cartões no valor de R\$ 3.023 (R\$ 999 em 31 de dezembro de 2017), iii) cheques a compensar no valor de R\$ 2.685 (R\$ 5.321 em 3 de dezembro de 2017); e iv) consórcio bancário no valor de R\$ 4.135.
- (f) Refere-se a saldos a receber de obrigações contratuais relacionados às contingências trabalhistas dos vendedores, conforme contrato de compra e venda.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

13. Impostos de renda e contribuição social

| | 2018 | Consolidado 2017 |
|--|------------------|---------------------|
| <u>Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:</u> | | |
| Depreciações e amortizações | - | 21.880 |
| Provisões para ações judiciais (Contingências cíveis, fiscais e trabalhistas) | 81.914 | 52.544 |
| Perda de recuperabilidade sobre créditos | 24.402 | 14.269 |
| Provisão de eventos do SUS | 43.005 | 34.264 |
| Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição | 47.056 | 121.573 |
| Provisão infrações ANS | 3.658 | 3.054 |
| Outras adições | 15.323 | 27.281 |
| Ativo fiscal diferido | 215.358 | 274.865 |
| <u>Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:</u> | | |
| Depreciações e amortizações | (6.869) | - |
| Amortização do intangível para fins fiscais - BCBH | (126.257) | (148.271) |
| Correção monetária de depósito judiciais | (25.431) | (21.927) |
| Amortização do intangível para fins fiscais | (2.210) | (4.831) |
| Passivo fiscal diferido sobre ágio apurado na incorporação | (35.290) | (19.292) |
| Outros | (10.685) | (5.290) |
| Provisão para tributos diferidos | (206.742) | (199.611) |
| Total do imposto diferido líquido (ativo e passivo) | 8.616 | 75.254 |

O imposto de renda diferido ativo prevê a seguinte realização:

| | Consolidado | | | | | | | | | | |
|-------------|-------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|----------------|
| Ano | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | Total |
| Curto prazo | 29.335 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 29.335 |
| Longo prazo | - | 20.864 | 23.740 | 23.740 | 23.740 | 23.740 | 19.709 | 16.830 | 16.830 | 16.830 | 186.023 |
| | | | | | | | | | | | 215.358 |

Em 31 de dezembro de 2018, as controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$ 998.983, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor R\$ 340.256 desde a constituição, equivalente a 55,41% do valor total do crédito fiscal, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A despesa com tributos incidentes sobre o lucro do exercício é demonstrada como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro antes dos impostos | 334.073 | 238.165 | 538.475 | 401.307 |
| À alíquota fiscal de 34% | (113.585) | (80.976) | (183.082) | (136.444) |
| Equivalência patrimonial | 142.408 | 107.418 | - | - |
| Remuneração variável dos administradores | - | - | (7.759) | 779 |
| Plano de pagamento baseado em ações | (9.392) | (4.577) | (9.392) | (4.577) |
| Ajuste a valor presente - parcela diferida do preço de aquisição | (13.406) | (20.006) | (13.406) | (20.006) |
| Prejuízo fiscal das controladas sem constituição de imposto diferido | (6.025) | (1.831) | (9.508) | (1.852) |
| Outras exclusões (adições) permanentes | - | (28) | 18.745 | (1.042) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado | - | - | (204.402) | (163.142) |
| À alíquota efetiva | - | - | 38% | 41% |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | | |
| O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a: | | | | |
| Imposto de renda diferido sobre a diferença de base do ágio (contábil x fiscal) | - | - | (90.515) | (87.594) |
| Depreciação e amortização | - | - | 22.015 | 21.880 |
| Provisão para ações judiciais | - | - | 4.216 | (1.570) |
| Provisão para perda | - | - | 12.994 | 4.383 |
| Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa | - | - | - | (1.035) |
| Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS | - | - | 5.706 | 3.069 |
| Correção monetária de depósitos judiciais | - | - | (3.505) | 3.995 |
| Outros | - | - | (23.993) | 5.620 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | (73.082) | (51.252) |

14. Depósitos judiciais e fiscais

| | 31 de dezembro de 2017 | | Adição/baixas depósitos | | | Consolidado | |
|---------------------------|------------------------|---------------|-------------------------|--------------|-----------------|------------------------|--|
| | Saldo adquirido | | depósitos | Atualizações | Reclassificação | 31 de Dezembro de 2018 | |
| Fiscais | 82.390 | - | (4.406) | 1.532 | 13.645 | 93.161 | |
| Trabalhista | 19.565 | 254 | 4.763 | 1.612 | (209) | 25.985 | |
| Cíveis | 37.508 | 12.612 | 2.746 | 2.274 | 25 | 55.165 | |
| Depósitos judiciais – SUS | 74.693 | 1.489 | 11.315 | 3.635 | - | 91.132 | |
| Outros depósitos | 13.461 | - | - | - | (13.461) | - | |
| | 227.617 | 14.355 | 14.418 | 9.053 | - | 265.443 | |

| | 31 dezembro de 2016 | | Adição/baixas depósitos | | | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------------|------------|-------------------------|-----------------|---------------|------------------|------------------------|--|
| | Saldo adquirido | | depósitos | Provisão perda | Atualizações | Reclassificações | 31 de dezembro de 2017 | |
| Fiscais | 80.424 | 246 | (258) | - | 949 | 1.029 | 82.390 | |
| Trabalhista | 24.303 | 503 | 3.467 | (9.959) | 1.279 | (28) | 19.565 | |
| Cíveis | 21.507 | 192 | 12.923 | (1.674) | 4.532 | 28 | 37.508 | |
| Depósitos judiciais – SUS | 71.214 | - | (279) | (1.462) | 5.220 | - | 74.693 | |
| Outros depósitos | 11.977 | - | 220 | - | 2.293 | (1.029) | 13.461 | |
| | 209.425 | 941 | 16.073 | (13.095) | 14.273 | - | 227.617 | |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Destacamos a seguir a origem para as Controladas da Companhia efetuarem os depósitos judiciais:

Fiscais – vide nota explicativa 23;

Trabalhistas – vide nota explicativa 23;

Cíveis – vide nota explicativa 23;

Depósitos judiciais – SUS – As Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS a título de “Ressarcimento ao SUS”, que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

15. Investimentos - Controladora

a) Movimentação do investimento na Companhia ocorreu da seguinte forma:

| | |
|---|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 1.412.139 |
| Dividendos | (53.193) |
| Equivâlencia patrimonial do exercício | 315.935 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 1.674.881 |
| Adoção do IFRS15 em 1 de Janeiro de 2018 | (5.725) |
| Dividendos | (2.550) |
| Equivâlencia patrimonial do exercício (i) | 418.849 |
| Aumento de capital | 350.000 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 2.435.455 |

(i). O resultado de equivalência patrimonial da Controlada BCBF é de R\$ 461.583 no período, a diferença da equivalência patrimonial no período de R\$ 42.734, refere-se à amortização da mais valia dos ativos tangíveis e intangíveis (combinação de negócios).

b) Principais informações contábeis sobre a controlada direta BCBF Participações S.A.:

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------|-------------|-------------|
| Ativo | 2.182.439 | 1.400.469 |
| Passivo | 308.959 | 330.340 |
| Patrimônio líquido | 1.873.480 | 1.070.129 |
| Lucro líquido do período | 461.583 | 315.893 |
| % Participação societária | 100% | 100% |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

16. Imobilizado

| | | | Consolidado | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|------------------------|
| | Vida útil | Taxa anual de depreciação - %a.a. | 31 de Dezembro de 2017 | Saldo adquirido | Aquisições | Baixas | Transferência | Depreciações | 31 de Dezembro de 2018 |
| Terrenos e imóveis | 25 a 50 anos | 2% | 450.445 | 67.243 | 23.875 | (2.529) | 21.334 | (8.808) | 551.560 |
| Veículos | 1 a 10 anos | 17% | 321 | 135 | - | (135) | (13) | (92) | 216 |
| Instalações | 5 a 10 anos | 14% | 4.617 | 850 | 10 | (1.119) | 1.515 | (615) | 5.258 |
| Máquinas e equipamentos | 1 a 25 anos | 14% | 69.592 | 6.722 | 41.614 | (1.020) | 9.352 | (13.015) | 113.245 |
| Móveis e utensílios | 1 a 15 anos | 10% | 30.358 | 2.261 | 6.829 | (233) | (6.049) | (2.510) | 30.656 |
| Equipamentos de computação | 1 a 15 anos | 25% | 21.523 | 674 | 3.921 | (93) | 681 | (6.902) | 19.804 |
| Imobilizações em curso | - | - | 33.002 | - | 104.963 | (1.169) | (26.795) | - | 110.001 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | - | - | 61.710 | 5.980 | 54.505 | (529) | (6.585) | (14.855) | 100.226 |
| | | | 671.568 | 83.865 | 235.717 | (6.827) | (6.560) | (46.797) | 930.966 |

| | | | Consolidado | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|-----------------------------------|------------------------|-----------------|----------------|----------------|---------------|-----------------|------------------------|
| | Vida útil | Taxa anual de depreciação - %a.a. | 31 de dezembro de 2016 | Saldo adquirido | Aquisições | Baixas | Transferência | Depreciações | 31 de Dezembro de 2017 |
| Terrenos e imóveis | 25 a 50 anos | 2% | 197.055 | 107.880 | 10.798 | - | 140.589 | (5.877) | 450.445 |
| Veículos | 1 a 10 anos | 2% | 955 | 10 | - | (182) | (326) | (136) | 321 |
| Instalações | 5 a 10 anos | 14% | 2.039 | 1.148 | 65 | (55) | 1.780 | (360) | 4.617 |
| Máquinas e equipamentos | 1 a 25 anos | 14% | 25.671 | 7.053 | 14.246 | (1.540) | 35.548 | (11.386) | 69.592 |
| Móveis e utensílios | 1 a 15 anos | 10% | 40.400 | 2.444 | 10.178 | (782) | (18.835) | (3.047) | 30.358 |
| Equipamentos de computação | 5 a 15 anos | 25% | 4.965 | 221 | 17.158 | (99) | 3.419 | (4.141) | 21.523 |
| Imobilizações em curso | - | - | 132.306 | 83 | 39.999 | - | (139.386) | - | 33.002 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | - | - | 54.418 | 34 | 35.321 | (14) | (12.604) | (15.445) | 61.710 |
| | | | 457.809 | 118.873 | 127.765 | (2.672) | 10.185 | (40.392) | 671.568 |

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas, no mínimo anuais, sobre a deterioração de ativos ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2018 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

O montante de depreciação apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Receitas (despesas) operacionais" conforme notas explicativas 27 e 28.a, respectivamente.

A Administração não identificou eventos ou circunstâncias que requeressem modificação nas estimativas de vida útil econômica para os itens apresentados no ativo imobilizado das demais empresas do grupo.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

17. Intangível

I. Movimentação do intangível

| | Vida útil | | | | | | Consolidado | |
|--------------------------------|----------------|------------------------|-------------------|--------------|----------------|---------------|-----------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2017 | Saldos adquiridos | Aquisições | Baixas | Transferência | Amortização | 31 de dezembro de 2018 |
| Aquisição carteira plano saúde | Vida útil (a) | 30.664 | 52.697 | - | - | 869 | (10.964) | 73.266 |
| Sistema de computadores | 20% a.a. | 9.761 | 872 | 1.261 | (76) | 6.394 | (5.337) | 12.875 |
| Ágio de combinação de negócios | Indefinida (b) | 1.072.613 | 204.381 | - | - | - | - | 1.276.994 |
| Ativos intangíveis | (c) | 406.867 | 30.190 | - | (6.924) | 8.108 | (64.174) | 374.067 |
| Outros ativos intangíveis | Indefinida (d) | 13.496 | - | 3 | (198) | (8.811) | (65) | 4.425 |
| | | 1.533.401 | 288.140 | 1.264 | (7.198) | 6.560 | (80.540) | 1.741.627 |

| | Vida útil | | | | | | Consolidado | |
|--|----------------|------------------------|-------------------|---------------|-------------|-----------------|-----------------|------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2016 | Saldos adquiridos | Aquisições | Baixas | Transferência | Amortização | 31 de dezembro de 2017 |
| Aquisição carteira plano saúde | Vida útil (a) | 38.038 | - | - | - | (9.919) | 2.545 | 30.664 |
| Sistema de computadores | 20% a.a. | 7.117 | 262 | 8.484 | (13) | (2.325) | (3.764) | 9.761 |
| Ágio adquirido de combinação de negócios | Indefinida (b) | 754.163 | 318.782 | - | - | (332) | - | 1.072.613 |
| Ativos intangíveis | (c) | 462.891 | - | 14.562 | - | 386 | (70.972) | 406.867 |
| Outros ativos intangíveis | Indefinida (d) | 13.067 | - | - | - | 2.005 | (1.576) | 13.496 |
| | | 1.275.276 | 319.044 | 23.046 | (13) | (10.185) | (73.767) | 1.533.401 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- (a) Aquisição de carteira de plano de saúde e odontológico sendo amortizada conforme quadro a seguir:

| <u>Carteira</u> | <u>Vida útil</u> |
|-----------------|------------------|
| Odontológica | 3 a 5 anos |
| Saúde | 6 a 11 anos |

- (b) Refere-se aos ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura (combinação de negócios) com vida útil indefinida e força de trabalho, e sempre que necessário apurado a recuperabilidade da unidade geradora de caixa ("impairment").

| <u>Grupo/Empresa</u> | <u>Data</u> | <u>Composição do ágio</u> | |
|-----------------------|-------------|---------------------------|------------------|
| | | <u>31 de dezembro de</u> | |
| | | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
| Grupo Notre Dame | 21-mai-14 | 480.133 | 480.133 |
| Grupo Santamália | 16-nov-15 | 125.405 | 125.405 |
| Hospital Family | 23-dez-15 | 77.149 | 77.149 |
| Unimed ABC | 23-set-16 | 71.476 | 71.476 |
| SAMCI/IBRAGE | 01-mar-17 | 22.232 | 22.232 |
| Hospital São Bernardo | 23-fev-17 | 147.652 | 147.652 |
| Grupo Nova Vida | 03-jul-17 | 148.566 | 148.566 |
| Grupo Cruzeiro do Sul | 31-jan-18 | 56.190 | - |
| Grupo SAMED | 01-out-18 | 148.191 | - |
| | | <u>1.276.994</u> | <u>1.072.613</u> |

- (c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresa (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

| <u>Ativos intangíveis</u> | <u>Vida útil</u> |
|-----------------------------|------------------|
| Marcas | 30 anos |
| Relacionamento com clientes | 3 a 8 anos |
| Acordo de não concorrência | 5 anos |

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Receitas (despesas) operacionais" conforme notas explicativas 27 e 28.a, respectivamente.

II. Teste ao valor recuperável dos ativos

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável das Unidades Geradoras de Caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. As UGCs estão distribuídas nas atividades de saúde e atividades de odontologia, que também são segmentos operacionais (nota explicativa 32).

Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio alocadas a cada uma das unidades geradoras de caixa:

| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|--------------------|------------------|------------------|
| Plano de saúde | 1.152.159 | 947.778 |
| Plano odontológico | 124.835 | 124.835 |
| | <u>1.276.994</u> | <u>1.072.613</u> |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

O teste realizado de valor recuperável em 31 de dezembro de 2018 e 2017 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (value in use) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de uso, apurado no Laudo por empresa independente contratado pela Companhia e suas controladas é superior ao valor contábil, indicando que não existe indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio. Além disso, a Companhia vem dando sequência ao crescimento orgânico e através de novas aquisições.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de saúde foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2018 foi 30 de setembro de 2018, com projeção de cinco anos, considerando um crescimento de 14,2% a.a. de receita líquida e de 39,3% a.a. de lucro líquido. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 20,56% em 31 de dezembro de 2018 (21,4% em 31 de dezembro de 2017), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 6,2% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,2%, acrescido de 3,84% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para esta unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia

O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológico foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.

A data-base da apuração para o exercício findo em 2018 foi 30 de setembro de 2018, com projeção de cinco anos. A taxa de desconto antes dos impostos foi de 20,85% em 31 de dezembro de 2018 (20,9% em 31 de dezembro de 2017), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os cinco anos considera uma taxa de crescimento de 3,84% a.a. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para esta unidade geradora de caixa.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontologia é mais sensível às seguintes premissas:

- Margens brutas

Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 26,5% e 61,7%, respectivamente. A margem para ambas atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.

- Taxas de desconto

As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).

As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de prática de mercado norte-americano.

- Os indicadores macroeconômicos

A Companhia tem considerado o IGP-M, Índice de variação do custo médico hospitalar – IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:

| Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021-2028 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| IGP-M | 11,3% | 4,3% | 4,2% | 4,2% |
| IVCMH ¹ | 12,2% | 9,0% | 6,9% | 6,9% |
| CDI | 8,9% | 7,5% | 6,9% | 6,9% |

¹ Estimado pela área técnica da Companhia.

- Taxas de crescimento utilizada para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos

A administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideraram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

18. Tributos e encargos sociais a recolher

| | 2018 | Consolidado 2017 |
|---|----------------|-----------------------------|
| Imposto sobre serviços (ISS) | 189.668 | 130.249 |
| Contribuição previdenciária | 6.754 | 5.583 |
| FGTS | 3.634 | 1.573 |
| PIS e COFINS | 10.084 | 7.685 |
| Contribuições sindicais e assistenciais | 66 | 97 |
| Parcelamento de tributos e contribuições | 10.028 | 8.569 |
| Outros | 2.823 | 906 |
| Impostos devidos a recolher | 223.057 | 154.662 |
| | | |
| Imposto de renda - funcionários | 7.690 | 18.796 |
| Imposto de renda - terceiros | 5.313 | 3.736 |
| Imposto sobre serviços | 2.155 | 1.954 |
| Contribuição previdenciária retida | 2.363 | 1.044 |
| Retenção PIS/COFINS/CSLL | 7.565 | 6.423 |
| Outros impostos retidos | 208 | 125 |
| Impostos retidos a recolher | 25.294 | 32.078 |
| Circulante | 248.351 | 186.740 |
| | | |
| Parcelamento impostos, multas e taxas - federal | 11.256 | 1.824 |
| Parcelamento impostos, multas e taxas - municipal | 968 | 18 |
| Parcelamento impostos, multas e taxas - outros | 14.153 | 333 |
| Não circulante | 26.377 | 2.175 |
| | 274.728 | 188.915 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 os principais contratos de empréstimos e financiamentos eram compostos como segue:

| | | | | | | Consolidado | |
|---------------------|------------------------|------------|-------------------------|-------------|-----------------------|-------------------|----------------|
| | | | | | | 31 de dezembro de | |
| | | | | | | 2018 | 2017 |
| Linha de crédito | Instituição financeira | Taxa | Vencimento | Amortização | Juros a.a (%) | Valor | Valor |
| Empréstimo Citibank | Citibank | CDI | 28/12/2017 a 28/12/2020 | Semestral | 85% CDI + 1,955% | 265.676 | 332.000 |
| Leasing | Safra | CDI | 28/08/2018 a 31/08/2020 | Mensal | 18,72% | 2.948 | - |
| Notas Promissórias | Safra | CDI | 06/04/2018 a 06/04/2020 | Mensal | 17,18% | 2.736 | - |
| Leasing | Unicred | CDI | 15/12/2016 a 15/11/2022 | Mensal | 18,72% | 2.396 | - |
| Leasing | UNICRED | CDI | 25/09/2018 a 26/08/2024 | Mensal | 11,40% | 2.065 | - |
| Leasing | Bradesco | Pre-fixado | 30/05/2017 a 30/05/2019 | Mensal | 18,02% | 1.344 | - |
| Leasing | Safra | CDI | 28/08/2018 a 31/08/2020 | Mensal | 18,72% | 788 | - |
| Leasing | Safra | CDI | 29/08/2018 a 31/08/2020 | Mensal | 18,72% | 699 | - |
| Leasing | Bradesco | CDI | 13/07/2015 a 13/07/2020 | Mensal | 14,14% | 140 | - |
| Leasing | Bradesco | CDI | 08/06/2015 a 08/06/2020 | Mensal | 14,14% | 109 | 600 |
| Leasing | Bradesco | CDI | 11/11/2016 a 11/10/2019 | Mensal | 14,14% | 103 | - |
| FINAME | Bradesco | Pre-fixado | 23/06/2014a 15/04/2020 | Mensal | 6,00% | 8 | - |
| FINAME | Bradesco | Pre-fixado | 26/04/2014 a 15/04/2019 | Mensal | 6,00% | 2 | 216 |
| Brazilian Real Note | Santander | CDI | 19/06/2017 a 18/06/2018 | Semestral | 100% CDI + 2,12% a.a. | - | 150.367 |
| Carta de Crédito | Bradesco | CDI | 15/05/2015 a 15/04/2020 | Mensal | - | - | 199 |
| Carta de Crédito | Santander | CDI | 15/09/2014 a 15/09/2019 | Mensal | 1,22% | - | 2.372 |
| Carta de Crédito | Itaú | CDI | 20/02/2014 a 04/03/2018 | Mensal | 1,30% | - | 340 |
| Leasing | Santander | CDI | 08/12/2015 a 08/12/2018 | Mensal | 14,14% | - | 460 |
| Leasing | Bradesco | Pre-fixado | 29/11/2017 a 31/12/2018 | Mensal | 16,21% | - | - |
| Leasing | Itaú | CDI | 22/05/2015 a 22/05/2018 | Mensal | 15,60% | - | 79 |
| NP Votorantim | Banco Votorantim | CDI | 10/08/2017 a 06/02/2018 | Semestral | 109% CDI | - | 154.816 |
| Outros | | | | | | 231 | 146 |
| | | | | | | 279.245 | 641.595 |

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximo ao seu valor justo, classificado como nível 2.

Apresentamos a movimentação em 31 de dezembro de 2018:

| | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| Saldo no início/final do exercício | 641.595 | 2.282 |
| Saldo adquirido | 47.969 | 5.555 |
| Captação | - | 631.838 |
| Pagamento principal | (406.606) | (11.460) |
| Juros pagos | (38.465) | - |
| Ajuste valor presente | 250 | 62 |
| Juros | 34.502 | 13.318 |
| Saldo no final do exercício | 279.245 | 641.595 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

20. Debêntures

O saldo no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 era composto pelo montante de R\$ 478.645 (R\$ 119.564 em 31 de dezembro de 2017) no passivo circulante e R\$ 179.423 (R\$ 726.042 em 31 de dezembro de 2017) no passivo não circulante.

| <u>Empresa</u> | <u>Modalidade</u> | <u>Quantidade</u> | <u>Emissão</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Encargos médios</u> | <u>Captação</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|------------------------|-----------------|
| BCBF Participações S.A. | 2º emissão | 300 | 2018 | 2021 | CDI + 2,25% a.a. | 300.000 |
| Notre Dame Intermédica Saúde S.A. | 2º emissão | 350 | 2017 | 2019 | 108,5% do CDI | 350.000 |

a) Segunda emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada direta da Companhia) emitiu em 23 de fevereiro de 2018, o montante de R\$ 300.000, por meio de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia.

O prazo total da emissão é de 3 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga semestralmente, em que a primeira será em 23 agosto de 2018 e a última em 23 de fevereiro de 2021. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 2,25% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

b) Segunda emissão pública da Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (Controlada da BCBF) emitiu, em 15 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 350.000, por meio de emissão de 350 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

Em 15 de dezembro de 2017, captou o montante de R\$ 300.000, por meio de emissão de 300 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000.

Em 21 de janeiro de 2018, captou o montante de R\$ 50.000, por meio da emissão de 50 debêntures não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000.

O prazo total da emissão é de 2 anos contados da data de emissão, sendo a remuneração paga semestralmente, a primeira parcela foi paga 15 de junho de 2018 e a última será em 15 de dezembro de 2019. A atualização corresponde a uma sobretaxa de 108,5% da variação acumulada das taxas médias do CDI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A movimentação das debêntures pode ser assim demonstrada:

| | BCBF | Intermédica | Consolidado |
|------------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Saldo em 31/12/2016 | 377.194 | 273.032 | 650.226 |
| Captação por emissão de debêntures | - | 300.000 | 300.000 |
| Custos de captação | - | (996) | (996) |
| Juros creditados | 43.550 | 33.866 | 77.416 |
| Apropriação do custos | 1.069 | 1.278 | 2.347 |
| Pagamento principal | (44.001) | (54.540) | (98.541) |
| Juros pagos | (47.715) | (37.131) | (84.846) |
| Saldo em 31/12/2017 | 330.097 | 515.509 | 845.606 |
| Captação por emissão de debêntures | 300.000 | 50.317 | 350.317 |
| Custos de captação | (1.494) | (167) | (1.661) |
| Juros creditados | 30.077 | 26.752 | 56.829 |
| Apropriação do custos | 3.006 | 5.436 | 8.442 |
| Pagamento principal | (328.000) | (218.191) | (546.191) |
| Juros pagos | (25.904) | (29.370) | (55.274) |
| Saldo em 31/12/2018 | 307.782 | 350.286 | 658.068 |

A amortização do saldo das debêntures ocorrerá conforme cronograma abaixo:

| Ano | Consolidado | | | |
|---------------|--------------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | Circulante | Não Circulante | 2018 | 2017 |
| 12 meses | 478.645 | - | 478.645 | 119.564 |
| 13 a 24 meses | - | 119.505 | 119.505 | 423.716 |
| 25 a 36 meses | - | 59.918 | 59.918 | 248.837 |
| 37 a 48 meses | - | - | - | 53.489 |
| | 478.645 | 179.423 | 658.068 | 845.606 |

As debêntures possuem “covenants” financeiros e operacionais, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação dívida líquida pelo EBITDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurado a cada três meses.

Em 31 de dezembro de 2018, a BCBF e a Notre Dame Intermédica Saúde encontravam-se adimplentes com os “covenants”.

A Companhia entende que as debêntures estão registradas próximas de seu valor justo e classificadas como nível 2.

Garantias

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e sua controladora BCBF (solidária) possuem recursos aplicados suficientes para honrar com o cumprimento do contrato.

Conforme cláusula 7.11 do contrato de emissão de debêntures, o Agente Fiduciário se coloca como fiador para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principal e acessórias, presentes e futuras, junto à BCBF Participações S.A.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

21. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

| | Referência | Consolidado | |
|--|------------|-------------------|----------------|
| | | 31 de dezembro de | |
| | | 2018 | 2017 |
| Provisão de eventos / sinistros a liquidar para SUS | a. | 164.755 | 112.564 |
| Provisão de eventos / sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais | b. | 330.524 | 343.971 |
| Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) | c.(i). | 234.581 | 184.290 |
| Provisão de prêmio / contraprestação não ganha (PPCNG) | c.(ii). | 68.752 | 52.838 |
| Provisão para remissão | c.(iii). | 896 | 1.166 |
| | | 799.508 | 694.829 |

a) Provisão de eventos / sinistros a liquidar para o SUS

Em 3 de junho de 1998, o Governo Federal promulgou a Lei nº 9.656, a qual prevê, em seu art. 32, o ressarcimento ao SUS pelos serviços de atendimento à saúde prestados por instituições integrantes do Sistema Único de Saúde aos beneficiários de planos de saúde privados. A Companhia contesta as cobranças na esfera administrativa e judicial em razão de inúmeras irregularidades que impossibilitam a sua efetividade, dentre elas a falta de regulamentação sobre temas infraconstitucionais. Para tais demanda judiciais, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. efetua depósitos judiciais para garantir o suposto débito. Conforme descrito na nota explicativa nº 14.

A Notre Dame Intermédica Saúde efetua o parcelamento do SUS junto a Agência Nacional Saúde Suplementar sendo a última parcela com vencimento para 27 de outubro de 2024.

| | Consolidado | |
|---|-------------------|----------------|
| | 31 de dezembro de | |
| | 2018 | 2017 |
| Saldo no início do exercício | 112.564 | 104.776 |
| Saldo adquirido | 9.610 | - |
| Avisos recebidos do SUS | 16.933 | 5.258 |
| Recuperação Eventos SUS | 26.125 | - |
| Atualização monetária | 2.664 | 4.901 |
| (-) Pagamentos efetuados de parcelamentos | (3.141) | (2.371) |
| Saldo no final do exercício | 164.755 | 112.564 |

b) Provisão de eventos a liquidar está demonstrada a seguir:

A provisão é referente a eventos/sinistros, que já tenham ocorrido e que já tenham sido avisados à Operadora.

| | Consolidado | |
|---|-------------------|----------------|
| | 31 de dezembro de | |
| | 2018 | 2017 |
| Saldo no início do exercício | 343.971 | 329.491 |
| Saldo adquirido | 36.426 | - |
| Avisos recebidos da rede credenciada líquidos de glosas | 3.990.884 | 3.702.783 |
| Gastos com rede própria classificada em eventos | (993.821) | (842.676) |
| Pagamentos efetuados para rede credenciada | (3.046.936) | (2.845.627) |
| Saldo no final do exercício | 330.524 | 343.971 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Variações das provisões técnicas:

| | PEONA (i) | PPCNG (ii) | Remissão (iii) |
|--|------------------|-------------------|-----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 151.446 | 45.077 | 765 |
| Variações das provisões no exercício | 32.844 | 7.761 | 401 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 184.290 | 52.838 | 1.166 |
| Saldo adquirido (Grupo SAMED) | 14.943 | - | - |
| Saldo adquirido (Grupo Cruzeiro) | 6.097 | - | - |
| Variações das provisões no exercício | 29.251 | 15.914 | (270) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2018 | 234.581 | 68.752 | 896 |

- (i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificada no passivo circulante é apurada por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados à suas operadoras.
- (ii) Provisão de prêmios e contraprestações não ganha - PPCNG, classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.
- (iii) Provisão para remissão, classificado no passivo circulante e não circulante, são provisões para fazerem face às isenções de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

22. Outros passivos

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Obrigações contratuais (a) | - | - | 7.440 | 20.288 |
| Depósito de terceiros | - | - | 1.826 | 10.656 |
| Recebimento antecipado cliente | - | - | 8.693 | 8.384 |
| Débitos diversos | - | - | 9.294 | 6.567 |
| Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos | - | - | 22.911 | 14.520 |
| Total circulante | - | - | 50.164 | 60.415 |
| Obrigações contratuais (a) | 171.776 | 119.545 | 197.022 | 115.101 |
| Provisões para plano de benefícios com empregados | - | - | 2.757 | - |
| Adiantamento parceria banco | - | - | 9.250 | - |
| Outros | - | - | 958 | 495 |
| Recebimento antecipado cliente | - | - | - | 318 |
| Total não circulante | 171.776 | 119.545 | 209.987 | 115.914 |
| | 171.776 | 119.545 | 260.151 | 176.329 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

(a) Obrigações contratuais

Refere-se a obrigações contratuais nas aquisições de empresas e transações com partes relacionadas com sua controladora Notre Dame Intermédica Saúde S.A., como demonstrado abaixo:

| | Indexador | Vencimento | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|-----------|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Medtour | IGP-M | 18/08/2018 | - | - | - | 9.367 |
| Notre Dame Intermédica | - | 23/05/2020 | 171.776 | 119.545 | - | - |
| Grupo Santamália | CDI | 22/07/2020 | - | - | 6.781 | 6.372 |
| Family Hospital | CDI | 01/05/2021 | - | - | 14.758 | 13.867 |
| SAMCI | CDI | 27/12/2021 | - | - | 11.432 | 10.742 |
| Hospital Nova Vida | CDI | 08/07/2022 | - | - | 22.146 | 20.811 |
| Unimed ABC | - | 22/09/2022 | - | - | 35.867 | 37.660 |
| Hospital SBC | CDI | 23/02/2023 | - | - | 35.692 | 36.570 |
| Cruzam | CDI | 22/02/2024 | - | - | 13.093 | - |
| Hosp Cruzam | CDI | 22/02/2024 | - | - | 9.992 | - |
| Lab. Cruzam | CDI | 22/02/2024 | - | - | 36 | - |
| Samed | CDI | 25/01/2025 | - | - | 54.665 | - |
| | | | 171.776 | 119.545 | 204.462 | 135.389 |

23. Provisões para ações judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável:

| | Consolidado | | | | | |
|-------------|--------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|---------------|------------------------|
| | Provisões para ações judiciais | | | | | |
| | dezembro de 2017 | Saldo adquirido | Provisão | Pagamentos | Atualização | 31 de dezembro de 2018 |
| Fiscais | 83.117 | 45.309 | (1.900) | - | 3.611 | 130.137 |
| Trabalhista | 101.890 | 42.499 | 33.733 | (26.416) | 8.812 | 160.518 |
| Cíveis | 106.364 | 10.670 | 42.071 | (36.288) | 10.719 | 133.536 |
| | 291.371 | 98.478 | 73.904 | (62.704) | 23.142 | 424.191 |

| | Consolidado | | | | | |
|-------------|--------------------------------|-----------------|-------------------|-----------------|---------------|------------------------|
| | Provisões para ações judiciais | | | | | |
| | dezembro de 2016 | Saldo adquirido | Provisão/reversão | Pagamentos | Atualização | 31 de dezembro de 2017 |
| Fiscais | 95.381 | 3.882 | (21.800) | - | 5.654 | 83.117 |
| Trabalhista | 61.493 | 23.977 | 21.424 | (10.776) | 5.772 | 101.890 |
| Cíveis | 73.009 | 40.243 | 9.092 | (17.618) | 1.638 | 106.364 |
| | 229.883 | 68.102 | 8.716 | (28.394) | 13.064 | 291.371 |

Provisões para ações judiciais de natureza:

Fiscais

- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a incidência do ISS (Município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes. Aguarda-se julgamento.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde discute judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de Plano de Saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestarem o serviço. Houve expedição de liminar em mandato de segurança, com respaldo em jurisprudência do STJ que pacificou entendimento sobre a matéria. Diante disso, o escritório de advocacia que patrocina a ação emitiu “legal opinion” classificando o prognóstico de perda como possível.
- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a tributação do ISS no Município de Campinas sobre as atividades desenvolvidas nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
- A controlada Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT determinando-se à Autoridade co-autora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impetrante.
- A controladora Notre Dame Intermédica Saúde questiona judicialmente o auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).

Trabalhistas

As Controladas são parte reclamadas em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Cíveis

As Controladas são parte reclamada em certas ações de natureza cível, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2018, as Controladas apresentaram outras ações de natureza cíveis e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 348.074 (R\$ 350.474 em 31 de dezembro de 2017), que de acordo com consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível, motivo pela qual não foram provisionadas.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

24. Parcela diferida do preço de aquisição

Conforme instrumento de assunção de dívida de 31 de outubro de 2014, a Companhia, assumiu a obrigação da Bain Capital Brazil de pagar a parcela diferida do preço de aquisição no montante de R\$ 220.207 com vencimento em 21 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da parcela diferida do preço de aquisição era de R\$ 222.773 (R\$ 235.577 em 31 de dezembro de 2017), conforme movimentação abaixo:

| | 31 de dezembro de 2016 | Ajuste contingências | Atualizações monetárias | 31 de dezembro de 2017 | Ajuste contingências | Atualizações monetárias | 31 de dezembro de 2018 |
|--|---------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Valor original da aquisição | 254.240 | - | - | 254.240 | - | - | 254.240 |
| Juros capitalizados conforme contrato - (10%a.a.) | 73.139 | - | 33.215 | 106.354 | - | 36.585 | 142.939 |
| Valor original - corrigido | 327.379 | - | 33.215 | 360.594 | - | 36.585 | 397.179 |
| Juros a realizar conforme contrato - (10%a.a.) | 126.776 | - | (33.215) | 93.561 | - | (36.585) | 56.976 |
| (-) Ajuste a valor presente (CDI + 2,75%) | (157.875) | - | 58.842 | (99.033) | - | 39.429 | (59.604) |
| Valor original - saldo valor presente | 296.280 | - | 58.842 | 355.122 | - | 39.429 | 394.551 |
| Provisão contingências (a) | (75.544) | (44.001) | - | (119.545) | (52.233) | - | (171.778) |
| Saldo da parcela diferida do preço de aquisição | 220.736 | (44.001) | 58.842 | 235.577 | (52.233) | 39.429 | 222.773 |

(a) Contingência a serem ressarcidas, respeitando as cláusulas contratuais estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, com data limite em 31 de outubro de 2014.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 23 de abril de 2018, a Companhia concluiu a sua oferta pública inicial de ações (initial public offering – IPO) e aumentou seu capital em R\$ 341.379, mediante a emissão de 20.689.655 ações ordinárias, cada uma no valor de R\$ 16,50, todas nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu a segunda oferta de ações e aumentou seu capital em R\$ 312.000, mediante a emissão de 12.000.000 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 26,00. Todas nominativas, estruturais e sem valor nominal.

Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia através de ata de Reunião do Conselho de Administração, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 75.810, mediante a subscrição de 28.502.586 novas ações ordinárias divididas em 3(três) grupos, todas nominativas, estruturais e sem valor nominal, sendo:

Grupo I - 25.668.189 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 2,146178;

Grupo II - 2.105.340 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 6,631690 e

Grupo III - 729.057 ações ordinárias, cada uma no valor nominal de R\$ 9,271490.

Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.765.924, composto por 528.783.790 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, após o grupamento de 2,14617813 ações ordinárias para cada uma ação ordinária aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 27 de março de 2018 (em 31 de dezembro de 2017 o capital social integralizado e subscrito da Companhia era de R\$ 1.036.735, composto por 467.591.549 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, considerando o grupamento de 2,14617813 ações ordinárias para cada uma ação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária em 27 de março de 2018).

O Controlador da Companhia detém 40,3% das ações, representados por 213.068.754 ações ordinárias e os demais acionistas detêm 59,7% das ações, representados por 315.715.036 ações ordinárias.

b) Custo emissão de ações

Os custos de transação, suportados pela Companhia, incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de oferta pública de distribuição de ações, totalizaram R\$ 16.912 e foram contabilizados em conta redutora do Capital Social, de forma destacada no Patrimônio líquido, conforme deliberação da CVM nº 649/10 e determinação do CPC 08 (R1).

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal – constituída obrigatoriamente, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzidos do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do capital social
- (ii) Reserva estatutária – conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos.

d) Dividendos pagos e propostos

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado conforme estatuto social da Companhia.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2018 contempla:

| | <u>Consolidado</u> |
|--|--------------------|
| | <u>2018</u> |
| Lucro líquido do exercício | 334.073 |
| Proposta de destinação do lucro: | (334.073) |
| Reserva legal (limitado a 20% do capital social) | (16.704) |
| Dividendos obrigatórios (estatuto parágrafo 29.III) | (79.342) |
| Retenção de lucros (estatuto parágrafo 29.IV) | (238.027) |
| | <u>-</u> |

26. Receita operacional líquida

| | <u>Consolidado</u> | |
|--|--------------------|------------------|
| | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
| Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde | 5.734.968 | 4.967.477 |
| Prestação de serviços médico-hospitalar | 560.975 | 437.659 |
| Outras prestações de serviços | 39.467 | 45.281 |
| (-) Efeito CPC 47/ IFRS15 | (11.216) | - |
| Varição das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da operadora | 270 | (401) |
| Receitas de serviços prestados | 6.324.464 | 5.450.016 |
| (-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da Operadora | (142.090) | (115.311) |
| (-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalar | (44.493) | (26.650) |
| (-) Tributos diretos de outras prestações de serviços | (2.664) | (3.132) |
| Impostos sobre serviços prestados | (189.247) | (145.093) |
| Receitas líquidas de serviços prestados | 6.135.217 | 5.304.923 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

27. Custo dos serviços prestados

| | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Custos dos serviços prestados ¹ | (4.892.126) | (4.254.274) |
| (-) Glosa | 378.685 | 311.223 |
| (-) Co-participação | 124.647 | 99.558 |
| Sistema Único de Saúde - SUS | (16.933) | (5.258) |
| Depreciações e amortizações | (37.002) | (27.384) |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) | (29.251) | (32.844) |
| | (4.471.980) | (3.908.979) |

¹ Referente custo de eventos conhecidos e avisados e custos não relacionados com plano de saúde da Operadora.

28. Receitas (despesas) operacionais

a. Despesas administrativas

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Pessoal | (9.783) | (96) | (299.802) | (298.358) |
| Serviços de terceiros | (2.845) | (4.144) | (196.887) | (157.303) |
| Localização e funcionamento | (246) | (10) | (83.245) | (69.948) |
| Tributos | (509) | (79) | (18.931) | (18.261) |
| Publicidade e propaganda | (47) | (655) | (15.338) | (9.383) |
| Reversão (provisão) para contingências | - | - | (60.467) | (33.802) |
| Contingências Indenizatória ¹ | - | - | 74.626 | 64.550 |
| Depreciação e amortização | - | - | (90.335) | (86.775) |
| Taxas, emolumentos, multas e juros | (155) | (415) | (31.286) | (37.050) |
| Programa de outorga de ações | (27.624) | (13.462) | (27.624) | (13.462) |
| Provisão para perdas (depósitos) | - | - | (878) | - |
| Outras | - | (80) | (34) | (8.177) |
| | (41.209) | (18.941) | (750.201) | (667.969) |

¹ Contingências a serem ressarcidas, respeitando as cláusulas contratuais estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.

b. Despesas comerciais

| | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Remuneração - pessoal próprio | (7.174) | (9.843) |
| Apropriação despesa de agenciamento diferido | (145.717) | (78.125) |
| Comissões e agenciamentos | (146.080) | (116.245) |
| | (298.971) | (204.213) |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

c. Perdas de recuperabilidade sobre créditos

| | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Reversão (constituição) perda de recuperabilidade sobre créditos | 1.174 | (3.932) |
| Baixa de perda efetivas dos créditos relacionados com plano no período | (47.611) | (46.815) |
| Outras perdas não relacionado com o Plano | 4.713 | (5.615) |
| | (41.724) | (56.362) |

d. Outras receitas líquidas

| | Consolidado | |
|------------------------------------|-----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Venda RH Vida Saúde Ocupacional | 24.000 | - |
| Ressarcimento serviços prestados | 6.827 | 4.113 |
| Multas contratuais | 4.534 | 387 |
| Levantamento depósitos judiciais | 5.872 | 10.560 |
| Receita de venda ativo imobilizado | 6.632 | 3.444 |
| Convênio instituição financeira | 3.259 | 1.467 |
| Venda quotas em sociedades | 733 | - |
| Reversão contingências | 770 | 11.267 |
| Receita com aluguel | 2.423 | - |
| Parceria com farmácia | 1.218 | - |
| Outras | 857 | 4.524 |
| Outras receitas | 57.125 | 35.762 |
| Baixa ágio RH Vida | (7.065) | - |
| Perda baixa de ativo imobilizado | (2.489) | - |
| Outras despesas | (2.453) | (1.240) |
| Outras despesas | (12.007) | (1.240) |
| | 45.118 | 34.522 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

29. Resultado financeiro

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-------------------|-----------------|-------------------|------------------|
| | 31 de dezembro de | | 31 de dezembro de | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas com aplicações financeiras | 1.593 | 10 | 73.626 | 49.012 |
| Juros recebidos | - | - | 19.006 | 14.969 |
| Variação monetária ativa | - | - | 11.302 | 17.276 |
| Outras receitas | - | 8 | 3.679 | 152 |
| Ajuste a valor mercado | - | - | 9 | 133 |
| Receitas com variação cambial | - | - | 308 | 18.462 |
| Descontos obtidos | - | - | 3.205 | 2.210 |
| | 1.593 | 18 | 111.135 | 102.214 |
| Juros financeiros debêntures | - | - | (56.829) | (77.416) |
| Custos financeiros debêntures | - | - | (8.442) | (2.347) |
| Variação monetária passiva | (216) | - | (25.535) | (25.768) |
| Multas e juros | - | (1) | (4.102) | (3.053) |
| Ajuste variação cambial | - | - | (82) | (14.164) |
| Tarifas bancárias | (26) | (4) | (9.261) | (6.050) |
| Ajuste a valor mercado | - | - | (29) | (786) |
| Descontos concedidos | - | - | (698) | (199) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | - | - | (34.502) | (13.318) |
| Ajuste a valor presente | - | - | (250) | (62) |
| Juros sobre preço de aquisição diferido ¹ | (39.429) | (58.842) | (39.429) | (58.842) |
| Gastos captação de oferta pública de ações | (5.489) | - | (5.489) | - |
| Outras despesas | - | - | (5.471) | (824) |
| | (45.160) | (58.847) | (190.119) | (202.829) |
| Resultado financeiro líquido | (43.567) | (58.829) | (78.984) | (100.615) |

¹ Este saldo refere-se à despesa financeira decorrente da atualização monetária da parcela diferida do preço de aquisição (vide nota explicativa 24).

30. Plano de pagamento baseado em ações

1º. Plano de Pagamento Baseado em Ações

Em 16 de outubro de 2014, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a criação e regulamentação do primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, atual Notre Dame Intermédica Participações S.A., (Stock Option Plan), sendo também aprovada a criação do capital autorizado da Companhia em 99.185.196 novas ações ordinária que, com o grupamento de ações ordinárias aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 27 de março de 2018, equivale a 46.214.801 novas ações ordinárias (fator de 2,14617813 para cada uma ação ordinária). Desta forma o Conselho de Administração ficou autorizado a realizar aumentos de capital social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, limitados ao capital autorizado para fazer frente a outorga do Plano, conforme parágrafo oitavo do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A Companhia outorgou o total de 40.686.554 opções, já considerando o grupamento citado, para o primeiro programa opções, que está distribuído em Time-Vesting (representando 50% das ações outorgadas) e Performance-Vesting (representando 50% das opções outorgadas). O beneficiário deve cumprir o time-vesting de prestação de serviços de 3 a 5 anos, dependendo do contrato de outorga e cumprir performance-vesting (representando 50% das opções outorgadas), bem como haver um evento de liquidez, como ocorrido com o IPO em abril de 2018, para exercer as opções. Cumpridas as condições de vesting, o exercício das opções poderia ocorrer a partir da data de cada aniversário da outorga.

Em 27 de dezembro de 2018 a maioria dos participantes exerceram as opções que estavam vestidas, sendo que a Companhia (I) em conformidade com o assim autorizado pelo Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 5º, §8º, procedeu ao aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$75.809.921,27 (setenta e cinco milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos), mediante a subscrição de novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, num total de 28.502.586 ações.

Em 31 de dezembro de 2018 está registrado o montante de R\$ 27.625 (R\$ 13.462 em 31 de dezembro de 2017), referente ao custo da transação incorrida em decorrência do Plano de Pagamento baseado em Ações.

2º. Plano de Pagamento Baseado em Ações

Em 20 de fevereiro de 2018, os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovaram o Segundo Plano de Opções de Ações, cujo objeto é a concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos diretores, conselheiros, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias que venham a ser escolhidos a critério exclusivo do Conselho de Administração. O Segundo Plano de Opções prevê o limite de 11.498.002 opções (5.357.431, considerando o grupamento de 2,14617813 para cada uma ação ordinária, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 27 de março de 2018), representando uma diluição máxima total de 1,15% aos acionistas, considerando o capital social total da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A partir de 20 de abril de 2018 a Companhia celebrou, com os Participantes do Segundo Plano, contrato de outorga num total de 5.191.307 opções de ações ao preço da Oferta Pública Inicial. As opções no âmbito do Segundo Plano de Opções poderão ser exercidas de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia, com base no tempo (vesting por tempo) de até 03 anos e no desempenho (vesting por desempenho) estipulados nos Contratos de Outorga.

Plano de pagamento RSU (*Restricted Stock Units*)

Em 15 de dezembro de 2017, através do Primeiro Aditivo ao Restricted Stock Option, a Companhia estabeleceu a liquidação imediata da totalidade das Restricted Stock Units (antecipando o vesting dos 2/3 (dois terços) remanescentes), bem como, alterou a forma de pagamento do benefício efetuando a liquidação da totalidade das Restricted Stock Unit em dinheiro (ao invés da entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia conforme previsto originalmente no Restricted Stock Unit Agreement). Desta forma, considerou-se que a totalidade das 4.659.445 de Restricted Stock Units encontravam-se vestidas e foi pago ao

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Executivo, o montante de R\$ 43.200, em contrapartida a reserva de capital, equivalente ao valor de 4.659.445 de Restricted Stock Units vestidas, as quais correspondiam à 4.659.445 de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 9,27.

Concomitante à liquidação em caixa, o Executivo subscreveu e integralizou capital na Companhia em montante equivalente à liquidação das ações – R\$ 43.200, através da emissão de 4.659.445 ações Ordinárias Nominativas, e as partes celebraram um instrumento particular que outorgou à Companhia o direito de recomprar a parte dessas ações subscritas e integralizadas, na proporção equivalente aos 2/3 das Restricted Stock Units que tiverem seu vesting antecipado no momento da antecipação e liquidação em caixa das Restricted Stock Units outorgadas originalmente ao executivo. Essa opção de compra varia ao longo do tempo começando em 2/3 (dois terços) até zero, seguindo o mesmo prazo (vesting period) que estava originalmente descrito no Restricted Stock Unit Agreement firmado entre a Companhia e o Executivo. Dessa forma, o Executivo não pode vender nenhuma das ações que não estavam fully vested no momento da antecipação do vencimento e liquidação imediata da totalidade das Restricted Stock Units.

Desta forma, na essência, não ocorreu uma modificação no benefício originalmente concedido ao executivo, mantendo, portanto, as mesmas condições e mensurações efetuadas originalmente em 2014.

A movimentação das tranches e a performance das ações está demonstrada a seguir:

| | Plano de Opções de Compras de Ações | | | | | | | | | | |
|-----------|-------------------------------------|----------------------------|-----------------|---------------|---------------------|----------------------------|-----------------|---------------|---------------------|-----------------|---------------|
| | Time-vesting | | | | Performance-vesting | | | | Totais | | |
| | Quantidade de ações | Valor justo por ação (R\$) | Valor das ações | Custo | Quantidade de ações | Valor justo por ação (R\$) | Valor das ações | Custo | Quantidade de ações | Valor das ações | Custo |
| Tranche 1 | 2.342 | 5,4385 | 12.740 | 12.800 | 1.809 | 4,3666 | 7.897 | 6.591 | 4.151 | 20.637 | 19.392 |
| Tranche 2 | 2.342 | 5,4699 | 12.813 | 9.433 | 1.809 | 4,1801 | 7.560 | 4.711 | 4.151 | 20.373 | 14.143 |
| Tranche 3 | 2.342 | 5,5653 | 13.037 | 7.940 | 1.807 | 3,9472 | 7.132 | 3.667 | 4.149 | 20.168 | 11.607 |
| Tranche 4 | 873 | 4,6570 | 4.062 | 5.067 | 918 | 3,1211 | 2.865 | 2.236 | 1.791 | 6.927 | 7.304 |
| Tranche 5 | 668 | 3,9242 | 2.623 | 2.486 | 668 | 2,0590 | 1.376 | 1.364 | 1.336 | 3.999 | 3.850 |
| | <u>8.567</u> | | <u>45.275</u> | <u>37.726</u> | <u>7.011</u> | | <u>26.830</u> | <u>18.569</u> | <u>15.578</u> | <u>72.104</u> | <u>56.296</u> |

As movimentações das ações do plano (ações e valores em milhares) está demonstrada a seguir:

| | Quantidade de ações | Valor das ações | Custo |
|--|---------------------|-----------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 37.845 | 48.142 | 32.955 |
| Nova outorga | 2.328 | 10.562 | - |
| Ações exercidas | (257) | (304) | - |
| Ações canceladas | (1.027) | (1.017) | - |
| Alteração do plano RSU | - | - | (17.746) |
| Custo realizado no exercício | - | - | 13.462 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 38.889 | 57.383 | 28.671 |
| Nova outorga | 5.192 | 31.490 | - |
| Ações exercidas | (28.503) | (16.769) | - |
| Custo realizado no exercício | - | - | 27.625 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 15.578 | 72.104 | 56.296 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

31. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

a) Lucro básico por ação

| | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Lucro líquido do exercício | 334.073 | 238.165 |
| Número de ações em circulação (-) Tesouraria | 528.476 | 467.283 |
| Lucro por ação | 0,6321 | 0,5097 |
| Média ponderada de ações durante o exercício | 483.129 | 462.923 |
| Lucro por ação Básico | 0,6915 | 0,5145 |

b) Lucro diluído por ação

| | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Lucro Diluído por Ação | | |
| Média ponderada das ações durante o exercício | 483.129 | 462.923 |
| Aumento do número de ações surgidas dos Planos de Stock Options, em caso de eventual exercício de todas as ações outorgadas | 42.379 | 41.882 |
| Média do número de ações durante os planos - Diluídos | 525.508 | 504.805 |
| Lucro por ações Diluído | 0,6357 | 0,4718 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

32. Segmento operacional

As atividades da Companhia e de suas controladas são organizadas nos segmentos de negócios demonstração a seguir:

| | 2018 | | | | 31 de Dezembro de 2017 | | | |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Saúde | Odontológico | Outros segmentos | Consolidado | Saúde | Odontológico | Outros segmentos | Consolidado |
| Receita operacional líquida | 5.924.523 | 210.694 | - | 6.135.217 | 5.117.577 | 187.346 | - | 5.304.923 |
| Custos dos serviços prestados | (4.409.106) | (62.874) | - | (4.471.980) | (3.845.432) | (63.547) | - | (3.908.979) |
| Resultado bruto | 1.515.417 | 147.820 | - | 1.663.237 | 1.272.145 | 123.799 | - | 1.395.944 |
| Despesas administrativas | (651.543) | (52.612) | (46.046) | (750.201) | (615.425) | (28.174) | (24.370) | (667.969) |
| Despesas comerciais | (293.370) | (5.601) | - | (298.971) | (199.845) | (4.368) | - | (204.213) |
| Perda de recuperabilidade sobre créditos | (38.540) | (3.184) | - | (41.724) | (56.229) | (93) | (40) | (56.362) |
| Outras receitas, líquidas | 24.822 | 101 | 20.195 | 45.118 | 34.473 | 54 | (5) | 34.522 |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos | 556.786 | 86.524 | (25.851) | 617.459 | 435.119 | 91.218 | (24.415) | 501.922 |
| Resultado financeiro | (4.838) | (19) | (74.127) | (78.984) | 2.198 | (82) | (102.731) | (100.615) |
| Resultado antes dos tributos sobre o Lucro | 551.948 | 86.505 | (99.978) | 538.475 | 437.317 | 91.136 | (127.146) | 401.307 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | (209.470) | (16.645) | 21.713 | (204.402) | (174.955) | (16.645) | 28.458 | (163.142) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 342.478 | 69.860 | (78.265) | 334.073 | 262.362 | 74.491 | (98.688) | 238.165 |
| Total de ativos | 5.321.683 | 308.085 | 126.098 | 5.755.866 | 3.910.593 | 89.643 | 821.556 | 4.821.792 |
| Total de passivos | 5.397.864 | 231.904 | 126.098 | 5.755.866 | 2.683.759 | 60.752 | 726.124 | 3.470.635 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

| | 2018 | | | 31 de Dezembro de 2017 | | |
|--|--------------------|-----------------|--------------------|------------------------|-----------------|--------------------|
| | Saúde | Odontológico | Consolidado | Saúde | Odontológico | Consolidado |
| Eventos conhecidos ou avisados | (4.425.735) | (66.666) | (4.492.401) | (4.184.169) | (70.105) | (4.254.274) |
| (-) Glosa | - | - | - | 307.888 | 3.335 | 311.223 |
| (-) Co-participação | 120.877 | 3.770 | 124.647 | 95.925 | 3.633 | 99.558 |
| Sistema Único de Saúde - SUS | (16.933) | - | (16.933) | (5.258) | - | (5.258) |
| Depreciações e amortizações | (37.002) | - | (37.002) | (27.384) | - | (27.384) |
| Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) | (50.258) | (33) | (50.291) | (32.434) | (410) | (32.844) |
| | (4.409.051) | (62.929) | (4.471.980) | (3.845.432) | (63.547) | (3.908.979) |

33. Partes relacionadas

Controladora

Em 22 de março de 2014 a Bain Capital Brazil Participações S.A. (empresa incorporada pelas Operadoras Intermedica, Interodonto e Notre Dame em novembro de 2014) celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das Holdings PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital Brazil Participações S.A. em setembro de 2014) e suas controladas Intermedica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato os vendedores comprometem-se a indenizar a adquirente Notre Dame Intermédica Participações S.A. pelas contingências sofridas e desembolsadas, que não estavam refletidas na transação inicial.

Em 21 de maio de 2014, a Companhia celebrou um Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria (Advisory Agreement) com a Bain Capital por um prazo de 10 (dez) anos. Nos termos deste contrato a Bain Capital se comprometeu a prestar serviços de consultoria e apoio às atividades da administração da Companhia e suas subsidiárias.

Conforme disposto no Contrato de Prestação de Serviços, com a conclusão do IPO, a Companhia tem a obrigação de pagar, a título de rescisão de contrato, a quantia de US\$ 12.000 (Termination Fee). Durante o exercício de 2018 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 45.971, registrados na rubrica contábil "Despesas Administrativas - Serviços de Terceiros".

A Companhia firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica, comprometendo-se em indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros passivos não circulante" em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 171.776 (R\$ 119.545 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração dos principais administradores das controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 57.117 (R\$ 34.059 em 31 de dezembro de 2017).

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A remuneração variável (plano de opção de ações) não está incluída na remuneração global aprovada em assembleia.

Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia celebrou por meio de Reunião do Conselho de Administração a emissão de ações para seus executivos mediante a emissão de 28.502.586 ações ordinárias no montante de R\$ 75.810 para aumento de capital. O montante de R\$ 75.810 em 31 de dezembro de 2018 está registrado na rubrica “outros ativos circulante”.

Consolidado

A companhia mantém planos de opções para compra de ações (“*stock options*”), em 31 de dezembro de 2018, as despesas relacionadas aos administradores contabilizadas no resultado totalizaram R\$ 27.625 (R\$ 13.462 em dezembro de 2017).

Em 15 de dezembro de 2017, a Controlada BCBF celebrou contrato de mútuo com seu executivo, com vencimento do contrato para julho de 2019, corrigido pelo IPCA e acrescido de juros de 3% a.a. O valor corrigido é de R\$ 12.650 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 12.294 em 31 de dezembro de 2017).

34. Compromissos

A Companhia e suas controladas possuem compromissos basicamente relativos a contratos de locação de imóveis comerciais, hospitais e clínicas médicas, com os respectivos vencimentos a seguir:

| Consolidado | 31 de Dezembro | |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Até um ano | 166.047 | 196.239 |
| Mais de um ano e até cinco anos | 622.670 | 598.309 |
| Acima de cinco anos | 242.399 | 242.948 |
| | 1.031.116 | 1.037.496 |

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

35. Cobertura de seguros

As controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

| Itens | Tipo de Cobertura | Importância Segurada |
|---|--|--|
| Edifícios, Instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques | Incêndio (Inclusive decorrente de tumultos, greves e lock-out) Queda de raio. Explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos moveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendaval, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos. | R\$ 390.115 |
| D&O | Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros | R\$ 843.517 |
| Responsabilidade Civil | Responsabilidade civil operações | R\$ 12.106 |
| Frota de Veículos | Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis | 100% Tabela FIPE por veículo |
| Funcionários | Seguro de vida em grupo | Variável conforme faixa salarial e limite máximo R\$48.132 |
| Seguro Garantia | Garantias sobre contratos de clientes | R\$ 270.181 |

36. Informações adicionais

a) Aquisição Grupo Mediplan Saúde

Em 22 de outubro de 2018 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 83/2018/ASSNT – DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE a aquisição do grupo Mediplan pelo Grupo Notre Dame Intermédica.

Em 18 de julho de 2018, em continuação ao plano de expansão do Grupo Notre Dame Intermédica foi assinado o acordo de intenção de compra do Grupo Mediplan Sorocaba, localizado na região de Sorocaba, no estado de São Paulo.

Esta aquisição está aguardando a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE).

37. Eventos subsequentes

a) Incorporação – Hospital e Maternidade Nova Vida S.A. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 20 de dezembro de 2018, foi aprovado o Protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas Hospital e Maternidade Nova Vida S.A. e Med Vida Assistência Médica Hospitalar Ltda. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. .O Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil das empresas foi emitido em 27 de dezembro de 2018 por empresa independente.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

A incorporação ocorreu em 2 de janeiro de 2019 com objetivo de racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional. Tendo em vista que a empresa pertence ao Grupo Notre Dame Intermédica.

b) Terceira emissão pública da BCBF Participações S.A.

A BCBF Participações S.A. (Controlada direta da Companhia) captou em 9 de janeiro de 2019, o montante de R\$ 900.000, por meio de emissão de 900 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000, com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM no 476/2009, com o objetivo de reperfilamento do endividamento da Companhia, aquisições de sociedades, compras de novos equipamentos e reforço de capital de giro.

O prazo total é de 4 anos contados da data de emissão, sendo que a remuneração será paga em 4 parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento no 30º (trigésimo) mês contado a data de emissão em que o primeiro pagamento será em 10 de julho de 2021 e o último em 10 de janeiro de 2023. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,00% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

c) Aquisição Grupo Green Line

Em 24 de janeiro de 2019 foi concluída a aquisição do Grupo Green Line, o Grupo Notre Dame Intermédica assumiu o controle das empresas do Grupo em 24 de janeiro de 2019.

O valor da aquisição é de R\$ 1.168.425, conforme contrato assinado e foi paga em 24 de janeiro de 2019, uma parcela à vista de R\$ 948.425 e permanecerá uma parcela retida até 25 de janeiro de 2025 no montante de R\$ 220.000 para fazer face as contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual. A Companhia está providenciando conforme requerimentos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, através de empresa independente o Laudo de identificação para os ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Green Line, composto pelas empresas Green Line, Laboratório Bio Master, Hospital Braz e Pronto Socorro Itamaraty.

| | |
|--------------------|----------------|
| Contraprestação | 1.168.425 |
| (-) Parcela retida | (220.000) |
| | <u>948.425</u> |

A aquisição foi aprovada em 24 de janeiro de 2019 a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou por meio do ofício nº 8/2019/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, a aquisição do Grupo Green Line.

Em 14 de dezembro de 2018 a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) por meio do ato de concentração 08700.005704/2018-21.